



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 067

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE AGOSTO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Às doze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 015/2004

Curitiba, 26 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, lotados na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Administração e da Previdência, com vistas a dotar a referida Rádio e Televisão Educativa do Paraná, de cargos em comissão que permitiam pleno atendimento das finalidades daquela autarquia. Tais cargos darão suporte às atribuições no nível de direção, assessoramento e de coordenação de projetos de produções culturais, afetas àquela organização.

Com a pretendida lei objetiva-se regularizar situação que perdura por mais de 10 anos, com contratações de funcionários em desacordo com normas legais vigentes, sendo, inclusive, objeto de questionamentos pelo Tribunal de Contas do Estado e, ainda, com prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça para regularização das situações.

Por outra vertente, o projeto atende aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a Emissora, devidamente estruturada nos moldes que se propõe, será instrumento de grande valia para divulgação de programas e atos do Governo e de interesse da população paranaense, com significativa economia para o Estado, através da divulgação direta das ações governamentais, sem necessidade de gastos com órgãos de divulgação externa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 04 (quatro) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - 07 (sete) cargos de Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio, símbolo DAS-3;

III - 08 (oito) cargos e Assessor, símbolo DAS-4; e

IV - 03 (três) cargos de Gerente, símbolo I-C.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas à Entidade, em cuja estrutura estão sendo criados os cargos mencionados nos incisos I a IV do artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 016/2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do inciso XX, do artigo 87, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o artigo 3º e seu parágrafo único, o artigo 4º, o artigo 5º e suas alíneas, o artigo 6º e seus incisos, o artigo 7º e seus incisos e o artigo 8º, todos da Lei nº 12.355, de 8 de dezembro de 1998.

Os dispositivos cuja revogação é pretendida tinham em mira dar respaldo a atos de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, o que, por razões sobejamente conhecidas e para o bem de todos os paranaenses, felizmente não ocorreu.

Cabe lembrar que idêntica medida continha no Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria de V. Exa., foi por mim vetada tão somente em razão de questões ligadas à iniciativa do processo legislativo, porque, segundo entendimento esposado pela Procuradoria Geral do Estado, o inciso XX, do artigo 87, confere ao Governador do Estado a competência para iniciativa de tal matéria.

Assim, demonstrando a determinação, também de parte do Governo do Estado, de que a COPEL não será, jamais, privatizada, proponho medida nos mesmos termos daqueles do Projeto 075/2004, porém sem vício de iniciativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam revogados os artigos 3º e seu parágrafo único, 4º, 5º e suas alíneas, 6º e seus incisos, 7º e seus incisos e o artigo 8º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/112, 113 e 114/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

043/2004: de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia Estadual do Imigrante Japonês, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano, o qual foi convertido em Lei nº 14.434. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/2004: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Escola Estadual Professor Joaquim Adrega Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro, o qual foi convertido em Lei nº 14.435. **Anote-se - Arquivo-se.**

157/2003: de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura aos estudantes de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, da rede pública e particular de ensino, a organização de grêmios estudantis, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.436. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 111/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 116/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis nºs 005/2004, 015/2004, 018/2004, 085/2004, 106/2004, 109/2004, 111/2004, 122/2004, 416/2003, 570/2003, 617/2003 e 698/2003, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 126/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa Legislativa, os Projetos de Lei nº 071/2004, 108/2004, 134/2004, 135/2004, 136/2004, 144/2004, 150/2004, 158/2004, 161/2004 e 630/2003, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 117, 118, 121 a 125, 130, 132 e 136/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

050/2004: de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Projeto Cultura Para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por Empresas com Responsabilidade Social, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.437. **Anote-se - Arquivo-se.**

004/2004: de autoria do Tribunal de Justiça, que cria os cargos que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, o qual foi convertido em Lei nº 14.438. **Anote-se - Arquivo-se.**

198/2004: do Poder Executivo, que autoria do Poder Executivo a ceder ao Poder Judiciário o imóvel onde está instalada a Prisão Provisória de Curitiba, para a implantação e funcionamento do Centro Judiciário do Ahú, o qual foi convertido em Lei nº 14.451. **Anote-se - Arquivo-se.**

076/2004: do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital social na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nas condições e até o valor que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.452. **Anote-se - Arquivo-se.**

706/2003: de autoria do Deputado Padre Paulo Campos que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidade Indígenas do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.453. **Anote-se - Arquivo-se.**

701/2003: de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que proíbe, no Estado do Paraná, a realização da cirurgia de cordotomia em cães e gatos, o qual foi convertido em Lei nº 14.454. **Anote-se - Arquivo-se.**

081/2004: do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, das Leis nºs 6417/73, 7434/80, 6174/70 e Lei Complementar nº 72/93, na parte que dispõe sobre diárias e outras vantagens, o qual foi convertido em Lei Complementar nº 104. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/2004: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.467. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/2004: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363/2004, acrescentando artigos 3º e 4º e parágrafo único e renumerando o seu artigo 4º, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.469. **Anote-se - Arquivo-se.**

724/2003: de autoria do Deputado Francisco Bühner, que proíbe a SANEPAR de interromper a continuidade dos serviços aos consumidores residenciais inadimplentes, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.471. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG 115/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 099/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 119/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 120/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 065/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por impossibilidade de implantação imediata da medida, considerado contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 127/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG 128/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 129/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 131/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 124/2004, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 133/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 134/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 135/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 137/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 1630/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no período de 22 a 26 de julho próximo passado, esteve em viagem a Buenos Aires, República Argentina, onde participou da Exposición de Agricultura, Ganaderia y Industria Internacional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 123/2004, o Deputado Miltinho Pupio comunica que está reassumindo as funções, interrompendo a licença de saúde concedida, tendo em vista que foi atestado condições para seu retorno aos trabalhos parlamentares. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 133/2004, o Deputado Cleiton Kielse comunica que está reassumindo suas funções, interrompendo a licença de saúde concedida, tendo em vista que foi atestado condições para seu retorno aos trabalhos parlamentares. **Ao conhecimento da Casa.**

O Sr. Deputado Vanderlei Falavinha Iensen, comunicando que atendendo convite do Sr. Governador do Estado, assumirá o cargo de Secretário e para tanto solicita licença de seu mandato de Deputado Estadual, informando que irá optar, na forma do artigo 64 do Regimento Interno deste Poder Legislativo e do parágrafo 3º do artigo 60, da Constituição Estadual, pela remuneração de Deputado Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 084/2004/GDLD

Curitiba, 04 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Pelo presente, dirijo-me a V. Exa., para solicitar o meu afastamento da Presidência da Comissão de Saúde Pública, e da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, que participo como membro titular, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da presente data.

Tal solicitação, prende-se à questão de caráter particular.

Na certeza da compreensão e atenção de V. Exa., antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

(a) DR. LUCIANO DUCCI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01 e 02, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de pesar à família do jornalista Alexandre Zraik, morto no último dia 28 de julho, em decorrência de um acidente de trânsito em Curitiba.

O presente voto justifica-se em função da importância que o jornalista teve no incentivo e desenvolvimento do esporte, bem como à democracia no Estado do Paraná, através de sua coluna Política em Debate, que era publicada diariamente no Jornal do Estado.

O voto é, portanto, um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo jornalista à cidadania e à ética na política estadual.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1253

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar à família do jornalista Alexandre Zraik pelo seu falecimento ocorrido no dia 29 de julho de 2004.

Esse jornalista ocupou lugar marcante em setores estratégicos da comunicação paranaense, destacando-se na política e, principalmente, nos esportes, deixando o futebol e o jornalismo de luto com a sua morte.

Face ao exposto, solicitamos a especial gentileza em cientificar esses votos de pesar à família, na Rua Coronel Amazonas Marcondes, 1065 ap. 2004 -A CEP 80.035.230, nesta Capital.

Sala das Sessões, 04.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonilda Tortato Martins, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Schultz, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eunice Lobo Miró, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Anderson Pereira de Matos, mais conhecido por “João Bola”, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Schuanka, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1271

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Donaide Simão Gribogi, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Célia Sbalqueiro, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Aparecido Calegari, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr.

Pedro Paulo Padilha, ocorrido dia 09.07 do corrente, no Município de Almirante Tamandaré.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata de trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laíde Lacerda Gomes, ocorrido nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pela ocorrência de centenas de mortes, no trágico incêndio no centro comercial situado em Assunção - capital do Paraguai, fato que enlutou não só o país-irmão, como também todos os demais países da América do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Brígido Lezcano Britos, Cônsul Geral da República do Paraguai, na Rua Voluntários da Pátria, nº 501, CEP: 80020-000, Curitiba-PR, e à Consulesa Alexandrina Ballejos, na Rua Marechal Deodoro, 901, CEP 85851-030 em Foz do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O voto de pesar ora proposto é apenas um pequeno gesto de solidariedade aos nossos irmãos paraguaios em face da tragédia ocorrida no dia 01 de agosto passado, em Assunção - capital do Paraguai, quando do incêndio - considerado o maior da América Latina nos últimos dez anos - ceifou a vida de aproximadamente 360 pessoas, causando perplexidade e uma imensa tristeza em toda a

nação paraguaia, assim como em todos os outros países do Cone Sul.

Assim, nada mais justo que se homenageie todas as vítimas deste terrível incêndio, bem como a todos familiares e o povo paraguaio, neste momento de imensa dor, também rogando a Deus para que dê conforto e sabedoria a todos para que possam ultrapassar e superar os efeitos da tragédia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 264/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Menino Davi, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade: Associação Evangélica Menino Davi, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro à Rua Benedito Pereira Tangerino Filho, nº 134, Jardim Estrela na Cidade de Paranavaí, inscrita no CNPJ/MF: 04.635.466/0001-14.

A entidade não remunera os membros da sua diretoria.

A mencionada entidade foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos, Registro de Pessoas Jurídicas, sob nº 635 em data de 27/08/2001 no Livro A-005 - de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme certidão anexa, devidamente autenticada.

A documentação anexa que instrui este projeto de lei, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87 que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço dessa entidade que trabalha diuturnamente em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 265/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Beneficente Educacional Betesta, com sede e foro na Cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Beneficente Educacional Betesta, trata-se de uma entidade de assistência social, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Tem por objetivo a assistência aos carentes de recursos, orientação e encaminhamento dos assistidos, visando à promoção humana e a liberdade da dependência de terceiros, sem distinção de raça, cor, sexo, política ou filosofia.

Dentro das suas atividades diárias destaca-se as doações de roupas, tecidos, calçados, móveis e utensílios; o fornecimento de pecúlios, gêneros alimentícios e o ensino musical.

PROJETO DE LEI Nº 266/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Franke Dijkstra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Diretor-Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Ltda desde 1995; sócio da Cooperativa Batavo desde 1961, Franke Dijkstra nasceu em 15 de agosto de 1941, em Snake, Holanda, filho de Bauke Dijkstra e Dauwte Dijkstra. Foi idealizador da Fundação ABC (entidade de pesquisa e desenvolvimento agropecuário), e exerceu o cargo de Diretor-Presidente, desde sua instituição (1983) até 1995.

É membro da American Soybean Association, desde 1998; delegado na pecuária de leite na Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., desde março de 1996. Também é membro do Círculo Superior Schoenmaker Ltda (Terra Viva). Franke Dijkstra proferiu várias palestras sobre plantio direto e integração agropecuária nos centros agrícolas do País e no exterior. Participou da organização de vários encontros nacionais e internacionais relacionados ao Plantio Direto.

Face ao relatado e por conhecermos a brilhante carreira e o excelente trabalho desenvolvido pelo Sr. Franke Dijkstra nas mencionadas instituições, esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 267/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Abrigo-Lar da Infância de Jacarezinho - ABRINJA, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Abrigo-Lar da Infância de Jacarezinho - ABRINJA, com sede e foro no Município de Jacarezinho, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de basilar a defesa e ao atendimento dos direitos da infância no Município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 268/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Renascer, com sede e foro no Município de Virmond, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Renascer, com sede no Município de Virmond e foro no Município de Cantagalo/PR.

Fundada em 22 de novembro de 2003, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, de representar a comunidade, proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes, atividades e assistências e conscientizar a comunidade de suas potencialidades.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 269/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 8.013, de 14/12/84, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Presidente Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra nº 09, da quadra 13, com área global de 957,00m², do Jardim Horizonte, da Planta Urbana da referida cidade, registro nº r-3/5643, ficha 1, livro 2, do registro Geral de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A nossa proposta está imbuída em corrigir o artigo 1º da Lei nº 8.013, datada de 14/12/84, e publicada no Diário Oficial do Estado nº 1930, datado de 17/12/84, que omitiu o nome Presidente, passando assim o Município a chamar-se Castelo Branco, quando na realidade o nome correto é Presidente Castelo Branco.

Essa lei é originária do Projeto de Lei nº 120/84, da autoria do ex-Deputado Basílio Zanusso, que não percebeu a omissão do nome Presidente e, na sequência de sua tramitação nas suas várias etapas, passou despercebido dos Srs. Legisladores.

Com isso, inviabilizou o pedido de doação reivindicado pelo Município que empresta o nome para fins sociais.

PROJETO DE LEI Nº 270/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Juventude Defensora da Natureza de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Juventude Defensora da Natureza de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de promover a defesa da natureza, buscando melhorar a vida dos cidadãos do Município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 271/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Batista de Beneficência Tabea, de Ijuí, Rio Grande do Sul, com extensão em Toledo, no Lar Irmãos

Dentzer, cuja sede jurídica é na Comarca de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados sob o nº 176, livro A-1, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e inscrita no CNPJ nº 91.986.125/0005-11, a entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prática da caridade cristã, de obras assistenciais e filantrópicas, vem realizando um excelente trabalho de integração social na comunidade de Toledo, disponibilizando assistência e amparo ao idoso, proporcionando um lar para a convivência e bem-estar, denominado Lar Irmãos Dentzer.

Em defesa dos interesses gerais, a entidade oferece ao idoso assistência espiritual, física e moral, promovendo cursos e eventos, incentivando a valorização da terceira idade.

Os associados como a Entidade, são merecedores do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres Deputados o devido apoio.

PROJETO DE LEI Nº 272/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Banda de Música Branca da Mota Fernandes - ACBMF - com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Banda de Música Branca da Mota Fernandes, teve seus atos constitutivos registrados em 11 de outubro de 1999, sem fins lucrativos.

O principal objetivo da entidade é a divulgação da música em todas as suas formas e aspectos, especialmente na forma de banda de música. Desde sua fundação, a Associação vem prestando relevantes serviços à comunidade maringaense, desenvolvendo a cultura musical e trazendo qualidade de vida aos cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 273/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Verde - FUNVERDE, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Verde - FUNVERDE - é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Maringá.

Os cargos dos órgãos de administração da FUNVERDE não são remunerados, sendo, através do artigo 28 do Estatuto da entidade, vedado o recebimento de lucros, gratificações, bonificações ou vantagem por seus membros. A entidade iniciou atividades em 19 de maio de 1999 e, desde então, vem atuando na recuperação do meio ambiente, nos termos dos objetivos para os quais foi criada a Fundação, com a supervisão do Ministério Público.

Nós vivemos em ambientes cuja utilização tem de ser repensada por todos, haja vista os problemas ambientais que a cada dia dificultam a vida das nossas comunidades.

PROJETO DE LEI Nº 274/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Pentecostal Deus Capacita os Escolhidos, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Pentecostal Deus Capacita os Escolhidos, com sede no Município de Curitiba, é pessoa jurídica de direito privado, tendo por finalidade evangelizar, prestar assistência social às pessoas carentes sem qualquer discriminação, ofertando assistência a famílias de baixa renda e pessoas desempregadas, com alimentação, medicamentos e roupas.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 275/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado do Município de Bituruna, inscrito no CNPJ sob nº 03.020.215/0001-62.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto da Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado - ARCAC, do Município de Bituruna, Paraná, tem por objetivos: a defesa social e econômica de seus associados e familiares, realizando ações que visem o seu crescimento e desenvolvimento nas áreas da produção agrícola, pecuária florestal, na industrialização e agroindustrialização, na comercialização, educação, capitalização/formação, desenvolver e promover as mais diferentes formas de cooperação agrícola entre seus associados; participar na organização das famílias assentadas e sem-terra com o intuito de viabilizar social e economicamente todas as famílias, possibilitando sua integração na sociedade; apoiar as iniciativas e as organizações ou entidades que promovam a reforma agrária; criar, apoiar e realizar atividades de educação, capitalização ou formação que visem a qualificação ou formação, entre outros.

A aprovação do referido projeto facilitará a esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 276/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Dona Margarida Langer, o trecho da Rodovia PR-427 entre os municípios da Lapa e Campo do Tenente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Dona Margarida Langer nasceu na Colônia Dona Francisca, atual Joinville (SC), no dia 30 de janeiro de 1891, quando recebeu o nome de Margarida Bornscheinkrich. Seu pai faleceu quando ela tinha 14 anos, e como filha mais velha assumiu uma posição de liderança no lar, conseguindo com muito esforço prover educação para os irmãos menores e ajudar a mãe nos trabalhos domésticos. Em seu sacrifício, no entanto, teve que interromper seus estudos, não finalizando sequer o 2º grau,

hoje ensino médio. Mas seu espírito aguerrido fez dela uma autonomia que sempre buscava se superar.

Quando jovem veio para a Capital, para casar-se com Roberto Langer, um parente não muito distante, artesão, pequeno empresário, igualmente autodidata, já com vida estabelecida e vinte anos mais velho. Era um homem sereno, trabalhador, introspectivo, não muito dado à comunicação social e às atividades culturais. Margarida, por sua vez de personalidade comunicadora, lutadora e extrovertida, logo se inseriu no meio cultural e social de Curitiba. O convívio dessas duas personalidades tão marcantes obviamente não foi fácil, acabando por provocar a separação após dez anos de casamento. Novamente se viu obrigada a lutar pelo próprio sustento; desta vez, porém, totalmente responsável pela sobrevivência e educação de dois filhos menores, já que o primogênito decidira ficar com o pai. Foi então que Dona Margarida decidiu abrir um comércio no centro da nossa Capital, que além de viabilizar a sobrevivência da família e proporcionou uma excepcional educação aos seus filhos.

Roberto Langer, com quem Dona Margarida fora casada, conseguiu projeção na fabricação de equipamentos para serrarias. No entanto, teve morte precoce, mas ainda em seu leito de morte tomou uma iniciativa de grandeza e convidou o genro Immanuel Brehpol, que havia se casado há pouco tempo com sua filha Ilse, para ingressar na Indústria e compartilhar a direção da mesma com Roberto Langer Jr. Foi na gestão deles que as indústrias Langer vieram a se consolidar. O sucesso viria a formar a base econômica da família, bem como consolidar o sonho do futuro Lar Lapeano de Saúde.

Dona Margarida sofria de colite (inflamação do cólon) e gastrite aguda. Os limites da medicina tradicional levaram-na a buscar propostas terapêuticas alternativas. Foi sua história de sofrimento pessoal que a levou a procurar, em meio ao fracasso de sua experiência matrimonial, um sentido de transcendência mais profunda na vida. Esta busca religiosa junto a missionários e diaconisas, do Movimento de Avivamento Pietista Luterano encontrou resposta na experiência com o Cristo ressuscitado, passando a ter como tema e objetivo de vida: “Servir a Deus e ao próximo”.

Em busca por saúde física, Dona Margarida foi informar-se a respeito da Clínica Bircher Benner, na Suíça e em 1956 aceitou o convite para conhecer a referida clínica, onde se aprofundou e aderiu aos princípios dietéticos e de filosofia de vida de Bircher Benner.

Voltando para o Brasil, começou a disseminar o alerta para o mal causado pelos hormônios, adubos químicos e agrotóxicos. Em 1961, o sonho de construir uma clínica de saúde naturista avança com a aquisição de uma fazenda de 214 alqueires situada a 11 km da Lapa. Além de vencer dificuldades para concretizar um acordo com a Casa das Irmãs Diaconisas, em Marburgo, Alemanha, para a estruturação de uma equipe de trabalho, também foram necessários muitos esforços gastos e colaborações para levar infra-estrutura básica até a localidade, que dariam condições para a construção do Lar.

Com o esmero de Dona Margarida, o Lar foi inaugurado em 11.11.72, às 15h00 e funciona até os dias de hoje.

Dona Margarida Langer faleceu em 1978, aos 87 anos de idade deixando para aquela região além do progresso, uma história de perseverança e amor à vida, que por si só já justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 277/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Art. 1º - Fica instituído o “Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná”, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo de apoiar projetos de trabalho continuado de pesquisa em linguagem teatral, bem como a produção e circulação de espetáculos, visando o desenvolvimento do teatro paranaense e o maior acesso da população aos produtos culturais resultantes desta lei.

§ 1º - Poderão participar do Programa instituído por esta lei pessoas jurídicas de direito privado, com comprovada atuação na área teatral e sediadas no Estado do Paraná há no mínimo 1 (um) ano.

§ 2º - A pesquisa mencionada no *caput* deste artigo refere-se às práticas dramatúrgicas ou teatrais que se integram organicamente ao projeto artístico, não se aplicando à pesquisa teórica restrita à elaboração de ensaios, teses, monografias e semelhantes.

Capítulo II

Art. 2º - O “Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná” compreenderá o seguinte:

I - O valor anual, de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será destinado, conforme especifica o artigo 1º desta lei.

II - Do montante anual poderá ser utilizado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para pagamento dos membros da Comissão Julgadora, assessoria técnica, serviços e despesas decorrentes da execução do Programa.

III - Os valores de que trata este artigo serão corrigidos anualmente pelo IPCA-IBGE, ou pelo índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º - Os recursos do “Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná”, terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Programa Estadual de fomento ao Teatro, cujo montante anual não poderá ser inferior ao valor estipulado pelo artigo 2º da presente lei;

II - em outras fontes.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei, no prazo de 90 (noventa dias), contados a partir da data da publicação, sendo assegurada a

participação das entidades representativas da categoria teatral na elaboração do Decreto regulamentador.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

PROJETO DE LEI Nº 278/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecida a isenção de taxa para emissão da Carteira de Identidade pela Secretaria da Segurança Pública a todos os cidadãos que ainda não possuem registro civil perante o Instituto de Identificação do Estado do Paraná.

Art. 2º - A isenção de que trata esta lei não pode ser condicionada à satisfação dos requisitos de idade, sexo, local de moradia ou condição social, aplicando-se indistintamente a todas as emissões de cédula de identidade civil no Estado do Paraná.

Art. 3º - A isenção aplica-se apenas à emissão da primeira cédula de identificação civil, não se estendendo para expedições posteriores, sob nenhuma hipótese.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 de CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicadas de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa privada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”

O presente projeto visa isentar aqueles cidadãos que ainda não possuem registro perante o Instituto de Identificação do Estado do Paraná da taxa de R\$ 9,17 (nove reais e dezessete centavos).

A Carteira de Identidade é um documento obrigatório a todos aqueles que possuem mais de dezoito anos, e é essencial para a requisição de outros documentos. Assim, não é um documento de porte opcional, mas obrigatório para o exercício das mais simples prerrogativas da vida civil, sendo claro que a exigência de taxa para expedição condiciona a própria cidadania.

Tal medida vem sendo adotada por diversos Estados, que pretendem viabilizar à população a obtenção gratuita do documento imprescindível a todos, visto que, dentre os poucos Estados brasileiros que cobram taxa de expedição de Carteira de Identidade, o Estado do Paraná é o que possui uma das mais onerosas.

Desta forma, é evidente que parte da população, principalmente a mais carente, deixa de adquirir o documento em questão sob a justificativa de que a taxa cobrada é abusiva.

É notório para todos, que o valor cobrado pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná para a expedição deste documento, é, para os necessitados, imprescindível para o sustento de uma família, visto que em um país como o Brasil, onde famílias inteiras sobrevivem tendo como base o salário-mínimo, o valor de R\$ 9,17 (nove reais e dezessete centavos) causa um déficit no orçamento familiar.

Em suma, este projeto de lei tem como escopo propiciar aos cidadãos paranaenses a garantia do exercício da cidadania mediante a obtenção de seu documento de identidade, imprescindível para tal exercício, sem obstáculos financeiros.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei complementar estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

§ 1º - São contribuintes, para os efeitos desta lei complementar e das leis ordinárias, as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive nas hipóteses de responsabilidade, substituição, solidariedade e sucessão tributárias.

§ 2º - Estão também sujeitos às disposições desta lei complementar os agentes de retenção de tributos, os

representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

Art. 2º - A instituição ou a majoração de tributo atenderá aos princípios da eficiência econômica, da simplicidade administrativa, da flexibilidade, da responsabilidade e da justiça.

§ 1º - Considera-se economicamente eficiente o tributo que não interfere com a correta alocação de recursos produtivos da sociedade.

§ 2º - A administração tributária deve ser de baixo custo, quer para o fisco, quer para o contribuinte.

§ 3º - O tributo deve ser capaz de responder facilmente a mudanças no ambiente econômico.

§ 4º - A incidência do tributo e a aplicação do produto de sua arrecadação devem ser transparentes, para que os contribuintes saibam o quanto pagam e o porquê.

§ 5º - O tributo deve ser e parecer justo, atendendo aos critérios da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição do seu ônus, da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

Art. 3º - Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente lei serão reconhecidos pela administração fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Capítulo II

Das Normas Fundamentais

Art. 4º - A legalidade da instituição do tributo pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

Art. 5º - Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo, a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, bem como a estipulação de requisitos, que modifiquem os meios ou modos operacionais de apuração de débito tributário.

Art. 6º - As leis instituidoras de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

Art. 7º - Os impostos terão fatos geradores e base de cálculo de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

Art. 8º - O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos independente de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

Art. 9º - As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas ou alteradas, identificando, com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

Art. 10 - A administração fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e à interpretação que oficialmente lhes atribua.

Art. 11 - É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

§ 1º - Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária e em hipóteses claramente definidas.

§ 2º - Em nenhuma hipótese, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito pode ser aplicada quando a origem do débito tributário decorrer de inadimplência da administração pública, direta ou indireta, suas fundações ou autarquias.

Art. 12 - A administração fazendária somente poderá desconsiderar os atos praticados pela sociedade mercantil e atribuir responsabilidade a sócio gerente quando for comprovado que as obrigações tributárias sejam resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou violação do estatuto ou do contrato social.

Art. 13 - Presumem-se legítimos, até que a administração fazendária comprove o contrário, os documentos e atos praticados pelo contribuinte dos quais decorram o nascimento de obrigações tributárias.

Parágrafo Único - Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte.

Art. 14 - Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

§ 1º - Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte,

administrativamente ou em juízo, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo administrativo-tributário.

§ 2º - Excetua-se do disposto neste artigo a garantia da execução fiscal, nos termos da lei processual aplicável.

Capítulo III

Dos Direitos do Contribuinte

Art. 15 - São direitos do contribuinte:

I - ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações pessoalmente ou por representante legal movido de instrumento procuratório, de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;

III - formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, observando, quando for o caso, os prazos definidos na legislação, e tê-los considerados por escrito;

IV - ter ciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários, deles ter vista e obter as cópias que requeira, e conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

V - fazer-se assistir por advogado;

VI - identificar o servidor de repartição fazendária e conhecer-lhe a função e atribuição do cargo;

VII - receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;

VIII - prestar informações apenas por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

IX - ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

X - obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornado inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

XI - receber, no prazo definido na legislação, resposta fundamentada a pleito formulado à administração fazendária, inclusive pedido de certidão negativa e nos casos em que a legislação exija prévia certificação dos lançamentos do contribuinte;

XII - ter preservado, perante a administração fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

XIII - não ser obrigado a exhibir documento que já se encontre em poder da administração pública;

XIV - receber da administração fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

Art. 16 - O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que indicam sobre a propriedade imobiliária e a transmissão dos direitos a ela relativos.

Parágrafo Único - Configura excesso de exação a avaliação administrativa do imóvel e valores manifestamente superiores aos de mercado, por ela respondendo solidariamente quem assinar laudo e seu superior imediato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 17 - Ressalvadas as hipóteses de tributos sujeitos a posterior homologação de pagamento que independe de notificação, o contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

Parágrafo Único - A notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento, o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

Art. 18 - O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

§ 1º - A intimação deverá conter:

I - a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

II - a finalidade da intimação;

III - a data, hora e local de comparecimento;

IV - informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

V - informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;

VI - a indicação dos fatos, provas e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º - A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º - No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

§ 6º - O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

Art. 19 - Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividades, assim como os atos de outra natureza que produzam efeitos na relação tributária.

Art. 20 - A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.

§ 1º - Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança.

§ 2º - Na hipótese de o contribuinte haver ingressado com medida judicial visando a outorga de direito sobre tributo, a eventual iniciativa fiscal para prevenir a decadência e caso o processo administrativo se concluir antes da ação judicial, a administração fazendária somente poderá inscrever o débito tributário em dívida ativa após o trânsito em julgado desta.

Art. 21 - São assegurados, no processos administrativo-fiscais, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

Parágrafo Único - A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de forma paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

Art. 22 - A atuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 5 (cinco) dias a contar da intimação.

Parágrafo Único - A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

Art. 23 - O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários próprios ou de terceiros.

Parágrafo Único - Ao crédito tributário, objeto de compensação, aplicam-se os mesmos acréscimos legais incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido.

Capítulo IV

Das Consultas em Matéria Tributária

Art. 24 - Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultas à administração

fazendária acerca da vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

I - as consultas deverão ser respondidas por escrito e fundamentadamente, no prazo fixado em lei, sob pena de responsabilização funcional;

II - a pendência da resposta impede a atuação por fato que seja objeto da consulta;

III - enquanto pendente de resposta, a autoridade fazendária deverá aceitar a interpretação dada pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

Parágrafo Único - A administração fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

Art. 25 - Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções a consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

§ 1º - A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipóteses idênticas permite ao contribuinte a adoção do entendimento que lhe seja mais favorável.

Art. 26 - Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

Parágrafo Único - Na consulta, em razão da ausência de contencioso, não são aplicáveis os princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

Capítulo V

Dos Deveres da Administração Fazendária

Art. 27 - A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes.

Art. 28 - A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

Parágrafo Único - Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal e na lei complementar.

Art. 29 - O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

§ 1º - A administração fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condi-

cionar sua expedição à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento.

§ 2º - O não pagamento das parcelas no prazo avençado permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e a retomada de eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.

Art. 30 - É vedado à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

I - recusar, em razão da existência de débitos pendentes, autorização para o contribuinte imprimir documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

II - induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevalecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

III - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

IV - reter, além do tempo marcado no início do procedimento, fiscalizatório, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

V - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se com autorização judicial na hipótese de justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

VI - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

Art. 31 - O agente da administração fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 32 - A administração fazendária obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 33 - Nos processos administrativos perante a administração fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização de lei;

III - objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos de caráter decisório, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas administrativas, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Art. 34 - É obrigatório a emissão de decisão fundamentada, pela administração fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo fixado em lei.

Art. 35 - Os atos administrativos da administração fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam recursos administrativo-tributários;

IV - decorram de reexame de ofício;

V - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

VI - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo-tributário.

§ 1º - A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º - É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direto ou garantia do interesse.

§ 3º - A motivação das decisões de órgãos, colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

Art. 36 - A comunicação do agente fazendário ao Ministério Público, contra o contribuinte, pela eventual

prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser formalizada após o encerramento do processo administrativo, com a constituição definitiva do crédito tributário, em que se comprove a irregularidade fiscal de natureza dolosa ou fraudulenta.

Art. 37 - O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.

Art. 38 - É obrigatória a inscrição do crédito tributário na dívida ativa no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafos 2º, do artigo 20.

Art. 39 - O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, vinculando a administração fazendária.

Parágrafo Único - Do termo a que alude o *caput* deverá constar o prazo máximo para a ultimação das diligências que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período.

Capítulo VI

Da Defesa do Contribuinte

Art. 40 - A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo.

Art. 41 - Para a defesa dos direitos e garantias protegidos por esta lei são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, observadas as normas das leis administrativas e civis pertinentes.

Art. 42 - Compete ao Ministério Público a apuração de responsabilidade do agente público nos casos de prática de atos que configurem crime contra a ordem econômica e tributária tipificado na legislação penal.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 43 - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa e revitalização das empresas, modulando o fluxo de pagamento dos impostos inadimplidos em função do faturamento mensal.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente plano de lei, com o objetivo de estabelecer normas gerais sobre direitos e garantias na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

Na esperança de estar colaborando com a melhoria a relação entre o fisco e o contribuinte do nosso Estado, procurando atender aos princípios da eficiência econômica, da simplicidade administrativa, da responsabilidade política e da justiça, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o campo está em guerra. Nós estamos vendo as ações que acontecem nos quadrantes do nosso Estado do Paraná, aos integrantes do “Movimento Sem Terra” invadem propriedades produtivas, que estão cumprindo com a sua função social.

Vimos, no último sábado - aquilo que ninguém quer - confronto entre produtores rurais, e integrantes do “Movimento Sem Terra”, lá no município de Planaltina, na Fazenda Santa Filomena, que levou um sem-terra à morte e outros foram encaminhados ao hospital da região, feridos à bala.

Vimos no decorrer da semana, invasões que aconteceram no Município de Virmont, onde, na Fazenda Campo Real, 1.200 pessoas do “Movimento Sem Terra” invadiram aquela propriedade, que tem o laudo de produtiva, laudo esse expedido pelo INCRA.

Vimos também, na Fazenda Boiko, em Ramilândia, a invasão de uma propriedade rural, em torno de 800 militantes do “Movimento Sem Terra”.

No Município de Cascavel, a Fazenda São Domingos, um dos lotes da Fazenda Cajataí, foi invadida por militantes do Movimento Sem Terra.

Falta paz! Os paranaenses que produzem e, fazem com que o resultado da sua produção no campo, possam dar o crescimento na economia do Estado do Paraná. O superávit da Balança Comercial, no momento da exportação, vimos no ano de 2003 e, também, agora em 2004, o resultado da produção agrícola do nosso Estado, que elevou o superávit da nossa Balança Comercial.

Digo, da forma como está caminhando não teremos mais tranquilidade, em nosso Estado e, com isso, a produção agrícola paranaense vai diminuir, porque os produtores rurais têm preocupação em investir nas suas propriedades para produzir, porque não sabemos o momento em que uma área ou outra vai ser invadida pelo Movimento Sem Terra.

Aqui eu quero criticar, sim, aqueles que prometeram nas últimas eleições a solução para o problema da Reforma Agrária, do nosso País. O Governo Federal

prometeu uma solução e investimento significativo, e o que nós vimos? A diminuição de recursos no programa da Reforma Agrária!

No lugar de aumentar os recursos para os assentamentos no nosso País, o dinheiro e os recursos diminuíram!

O que mais nós vemos no Estado do Paraná, é um Governador que diz, que o Movimento Sem Terra é uma dívida de Deus!.

O que nós podemos esperar? O descontrole no meio, no interior do Estado do Paraná, onde os integrantes dos movimentos, não tendo uma posição firme dos governantes, das autoridades da área da segurança, fazem com que os trabalhos desses movimentos andem frouxos, de forma tal que estão fazendo com que propriedades produtivas, repito aqui, que cumprem a sua função social - venham a ser invadidas!

Aqui eu faço uma aclamação ao Governo do Estado do Paraná, para que tenha uma posição firme, com relação à forma como o Movimento Sem Terra vem agindo no Estado do Paraná.

Aos integrantes do Partido dos Trabalhadores desta Casa, peço para que usem seus contatos com o Governo Federal, com os representantes na esfera nacional, para que possam fazer com que mais recursos sejam colocados à disposição da reforma agrária no nosso País, porque os nossos produtores rurais não agüentam mais a ação do Movimento Sem Terra, ao arrepio da lei, entrando em propriedades produtivas.

Quero, também, aqui falar que estamos entrando com um requerimento no dia de hoje, para buscar informações junto à Secretaria de Comunicação Social, para saber o valor que foi gasto na campanha, através do outdoors feitos no Paraná e em quase todos os Municípios do nosso Estado, questionando aqueles que produzem a soja transgênica, em especial, apontando que o Brasil, se o Estado do Paraná deixasse os produtores plantarem a soja transgênica, teriam um prejuízo de 60 milhões de dólares.

Sr. Presidente, quero saber de onde vieram esses recursos, para custear essa campanha contra empresas da iniciativa privada e de onde o Governador Roberto Requião e toda sua equipe tiraram as informações de que o Brasil teria um prejuízo de 60 milhões de dólares com o plantio de transgênicos. Pelo que vi - dados do IBGE - quero trazer aqui, na continuação, o Brasil teve um ganho plantando soja transgênica de mais de 200 milhões de dólares. E os números confrontam.

Então, quero saber de onde vem o dinheiro, quem produziu, quanto custou esta campanha e foi para atingir exatamente a quem? Estou encaminhando, espero a resposta, para que possamos trazer para esta tribuna, a discussão sobre as ações que o Governo do Estado do Paraná faz, em certo sentido contra os interesses dos paranaenses, porque os números que ele apresenta nestes outdoors vinculados no Estado do Paraná, são números mentirosos. Ele falta com a verdade, no momento e que

faz uma campanha, para atingir aqueles que utilizam a soja transgênica no nosso Estado do Paraná e no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Os telejornais matinais de hoje desnudam o programa de distribuição de leite às crianças carentes do Estado do Paraná, este que é um dos pilares do Governo do Estado, mas que segundo a Rede Globo de Televisão, não está sendo distribuído a contento.

Na região Oeste e também na região Sudoeste do Estado, o leite não está chegando às crianças famintas. O leite até que existe. O problema é a distribuição, que é falha. E para evitar que o leite continue estragando, Sras. e Srs. Deputados, o diretor de uma determinada escola está fazendo a distribuição a entidades assistenciais.

O senhor ou a senhora poderiam dizer: mas, o objetivo está sendo levado a termo! Pode até ser, mas não está chegando ao público-alvo desta campanha, que são as crianças, os jovens e os adolescentes.

A pergunta que faço na tarde de hoje é a seguinte: será que não existe um desvio de finalidade neste programa? Na verdade o leite não chegou ao seu real objetivo, que são as crianças carentes, as crianças em idade escolar, que tanto necessitam das vitaminas, do cálcio, enfim, de todos os nutrientes necessários ao crescimento para crianças nessa idade. E o problema para essa questão de desvio de finalidade é que há muita burocracia para se cadastrar e ser beneficiado por esse Programa. Quando chega a autorização, a pessoa já desistiu até mesmo de receber o leite. E outros problemas como a falta de refrigeradores; tem prefeito até que está dizendo que pretende pagar do bolso, por esse leite, a ter que distribuí-lo em longínquos distritos, o que acaba encarecendo demais a sua distribuição.

Esse é um motivo de muita preocupação para todos nós, porque se trata de um dos principais pontos de um Programa de Governo do atual mandatário do Palácio Iguaçu. E a gente começa até mesmo fazer um balanço e analisar esse Governo e ver que não é bem do jeito que o Governador Roberto Requião decantou ontem, aqui, em prosa e verso, daquela tribuna.

Senão vejamos, o pedágio não baixou, não acabou; ele disse que acabaria no segundo dia que estivesse no Palácio Iguaçu. Aliás, aumentou. E agora, segundo a própria Secretaria de Transportes, vai ser mais um motivo de criar outros pedágios no Estado do Paraná.

O Luz Fraterna, por exemplo, se baixou a tarifa de luz para um segmento muito pequeno da população, nós todos e a grande maioria dos paranaenses estão tendo que pagar por uma tarifa não subsidiada e com valores bem acima do que subiu em todo o País.

A grita que ouço também em relação ao ICMS é muito grande. Os médios e pequenos empresários reclamam que baixaram o ICMS para os microempresários. Então os médios empresários desejam os mesmos benefícios que os micros tiveram, bem como os pequenos.

Não vou nem dizer aqui sobre outros problemas, mas nós estamos fazendo aqui a nossa parte, porque ontem o governador disse aqui que era colaboração, seja dos Deputados de Oposição, dos Deputados da Situação ou do Bloco Independente até para que nós possamos fazer aqui desta tribuna, os nossos comentários, emitirmos os nossos pontos de vista, para a correção de rumo desse Governo.

Então, era esse o meu pronunciamento nesta tarde e fica registrado aqui a nossa preocupação, porque talvez os assessores do Governador não estejam deixando chegar a ele as preocupações do nosso povo e as reclamações em relação a projetos basilares que sustentaram a campanha eleitoral e que deveriam ser levados a bom termo, o que infelizmente não está acontecendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, no Pequeno Expediente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer aqui um questionamento sobre

o discurso do Deputado Barbosa Neto. Gostaria de dizer o seguinte: ele fez uma crítica sobre o programa de distribuição de leite. Claro, é um programa novo. Primeiro, que a intenção do Programa é atender às crianças carentes do Estado do Paraná. Na minha cidade, Foz do Iguaçu, foi implantado, Deputado, há cerca de 60 dias. O Governador foi lá e lançou o Programa; começaram a distribuir há cerca de 30 dias, são cinco mil litros de leite por dia lá na minha cidade; está sendo bem encaminhado esse plano, não há nenhum problema com a distribuição de leite. Pode, na verdade, no início da distribuição, ocorrer algum problema, mas são problemas da forma até que as pessoas saibam que o seu leite está lá para as suas crianças! Então, quero dizer o seguinte: na minha região está totalmente instalado, está sendo muito bem atendido, nós temos conferido isso, e o programa é muito bom!

Com relação aos pedágios, na verdade, me parece que alguns Deputados colocam isso até como uma vitória que o pedágio não tenha acabado, ou não tenha baixado como um todo; mas a grande vitória do povo do Paraná que o Governo, pelo menos, porque ainda não conseguiu acabar com essa maldição do pedágio, e eu tenho dito aqui que eu não sou contra o pedágio, acho até que é benéfico no Estado, mas desde que seja de forma racional, que cobre aquilo que é devido. O Governo ainda não conseguiu porque o Governo passado, e diga-se de passa-

gem com apoio de parte desta Casa, implantou esse pedágio, foi com certeza muito bem feito esse contrato, o Governo tem que se submeter à decisão da Justiça.

Pergunto aos Deputados, ao Deputado Barbosa Neto, se fosse o Jaime Lerner no Governo, hoje, qual seria o valor da tarifa? Pelo menos temos um Governador que está brigando pelo interesse do povo, que se não conseguiu ainda colocar em prática a vontade política do Governo e a vontade da população, está brigando. Agora, fez um acordo com a Rodovia das Cataratas: de Foz do Iguaçu até Guarapuava, diminuiu cerca de 30%. Então, pelo menos está havendo uma vitória da população porque o Governo está ao lado do povo, e está provando isso. E não só não conseguiu abaixar ainda, porque tem a lei que está acima de todos nós, mas ele está brigando por isso.

Então, não se pode falar isso na tribuna como uma vitória que não conseguiu baixar os pedágios. Temos que lamentar e chorar pelo Governo anterior que infernizou a vida do paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Durval Amaral, com a palavra.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos felizes de poder, nesta tarde, cumprir todos os Parlamentares, especialmente os nossos companheiros, pois têm a ânsia e a vontade de comunicar para toda a sociedade paranaense os encontros e desencontros vividos durante esse período de recesso eleitoral.

É muito bom que a tribuna da Assembléia seja usada para a discussão que aflora nas ruas de todo o Estado do Paraná. A discussão política; a discussão eleitoral; a discussão sobre as políticas básicas do Governo do Estado, do Governo Federal. Os seus acertos, os seus erros, seus equívocos e os seus desacertos.

A Oposição vem denunciando desde o dia 15 de dezembro de 2003 os equívocos deste atual Governo. Poderíamos falar de inúmeros equívocos, mas vamos nos ater hoje à questão do pedágio.

Ouvimos o Governo do Estado, com o estardalhaço que lhe é peculiar, difundindo por todo o nosso Estado que havia feito mais um acordo com a Rodovia das Cataratas, baixando o pedágio em 30% nas regiões Oeste e Central do Paraná.

O menos avisado poderia acreditar que realmente o Governo baixou o pedágio. Não é esta a verdade. A verdade é que ele elabora em profundo equívoco a questão do pedágio, desde o primeiro dia de seu governo.

Denunciávamos aqui, no ano passado, que o Governo que prometera: “o pedágio baixa ou acaba”, não tomava nenhuma atitude concreta para que o pedágio do Paraná pudesse acabar. Na campanha ele dizia em debate público, ferindo de morte o Senador Álvaro Dias, que o Álvaro estava de conversa mole, que ele, eleito Governa-

dor, acabaria com o pedágio no primeiro dia do seu governo, por decreto. Passou mais de um ano e meio e não estamos vendo concretamente o pedágio baixar e nem acabar no Paraná.

Não estamos vendo, por quê? Porque o Governo, quando mandou, no primeiro semestre do ano passado, a proposta ridícula de encampação do pedágio no Paraná, que tanto aqui discutimos nesta Casa, todos denunciávamos que a encampação não era um instrumento jurídico correto para acabar com o pedágio, porque geraria um passivo sem precedentes ao Estado do Paraná. Não seria legal. Mas, mesmo assim, a maioria se fez valer e votou a encampação.

Dizíamos que, para a encampação precisava da instauração do processo administrativo, do amplo direito de defesa, do estabelecimento do contraditório. Que a encampação só haveria possibilidade se houvesse o depósito prévio, a indenização prévia. Mas o Governo, no afã de fazer valer a sua vontade, mandou o MST invadir as praças de pedágio. Um crime à democracia e ao estado de direito. E votamos aqui a encampação. E os Deputados da Oposição diziam que: “iremos votar a encampação, mas sabemos que ela é inexequível”.

Pois bem, a encampação morreu nos Tribunais e o próprio Governo chegou à conclusão de que ela era totalmente impraticável. Depois, veio com a história da desapropriação das ações.

Pois bem, para não me alongar muito, todos nós sabemos que a desapropriação das ações foi ferida de morte no Superior Tribunal de Justiça e, efetivamente, o Governo não logrou êxito. Todas as tentativas que o Governo faz, porque faz mal e elabora mal pela incompetência que tem se tornado peculiar deste Governo, não obtém êxito. Por quê? Porque a sindicância, o processo administrativo, o contraditório, o amplo direito de defesa por mais que o príncipe não queira fazê-lo, o Poder Judiciário assegura a todos os cidadãos o amplo direito da defesa.

Agora, como disse há pouco, vejo o Governo do Estado anunciando, como nós denunciávamos aqui aquele acordo malfadado feito com a Caminhos do Paraná, quando o Governo esbravejou ao mundo que havia conseguido um desconto de 30% na tarifa do pedágio aqui na região de Curitiba na Concessionária Caminhos do Paraná. O Governo desobrigou, naquele momento, a concessionária de fazer 720 milhões de reais em investimentos. O Governo deu uma praça de pedágio da Lapa que é a mais rentável de todas as praças de pedágio da Caminhos do Paraná e por isso mesmo nós estamos entrando com um pedido de informação para saber quanto arrecada cada praça de pedágio da Caminhos do Paraná e qual é o volume de tráfego nessa nova praça situada na Lapa, porque ela, por si só, não só manteve o equilíbrio econômico e financeiro, como aumentou o faturamento da Concessionária Caminhos do Paraná. E vem o Governo falar em benefícios para o povo do nosso Estado com a redução do pedágio?

O Governo tratou de proteger a concessionária, desobrigando-a de fazer investimentos da ordem de 720 milhões e ainda deu mais uma praça de pedágio! Agora, pasmem, Srs. Deputados, e é com o tom da denúncia, documentado que estou, que faço aqui essa gravíssima denúncia.

A única concessionária que tinha uma grave irregularidade, Deputado Dobrandino, porque é da sua região e V. Exa. conhece, insanável, porque o edital de licitação quando é feito, estabelece regras claras para todos os licitantes, para todos os concorrentes, o contrato celebrado entre a concessionária e o poder outorgante, ou seja, a autarquia, o Departamento de Estradas de Rodagem fixava que a concessionária das Cataratas deveria contratar um seguro na ordem de 153 milhões de reais. Pasmem os senhores: a concessionária contratou um seguro no valor de dez milhões de reais, somente!

Antes que digam: “mas isso foi no Governo anterior!” É verdade. Foi também no Governo anterior, mas foi também neste Governo, só que se tornou público neste Governo! O Ministério Público Federal intimou ao Departamento de Estradas de Rodagem para que essa autarquia declinasse quais foram as providências tomadas contra a concessionária das Cataratas que burlou, que fraudou o povo do Paraná. Ao invés de um contrato de 153 milhões de reais, contratou apenas dez milhões de reais.

Senhores Deputados, burla ao processo licitatório, crime cometido pela concessionária, via de consequência, passível de anulação. Era o caso concreto que o Governador Roberto Requião tinha. E quero aqui eximi-lo publicamente, porque não acredito que ele tivesse conhecimento. Porque vigilante e sério que é, não admitiria essa maracutaia, essa falcatura cometida contra a autarquia, contra o DER, contra o povo do Estado do Paraná. Falcatura maior, porque, nobre Deputado Stica, ao invés de o Governo do Estado, aí sim, notificar em função da notificação que recebeu do Ministério Público Federal, notificar a Concessionária das Cataratas, para que pudesse refazer a apólice de seguro, que iria onerar sobremaneira os cofres da própria concessionária, ao invés de o Governo do Estado do Paraná denunciar o contrato por caducidade, pela completa nulidade, acabar com o pedágio na região de Foz do Iguaçu até aqui próximo de São Luiz do Purunã, qual foi a surpresa, Srs. Deputados? A minha surpresa e a de todos nós paranaenses? Quais foram as providências que o DER tomou? Nenhuma, a não ser fazer uma grande negociata. Uma grande negociata, porque não há outro nome que eu possa atribuir a essa “maracutaia” feita no Estado do Paraná.

Não tomou as providências que deveria ter tomado! Ele foi lá e recontratou! E olha, Srs. Deputados, mais do que recontratar, disse o seguinte: “vamos fazer de conta que você me dá um desconto de 30%. Vamos fazer de conta que você, empresário, está beneficiando o Estado do Paraná”.

Mas, se ele deixou claro o desconto de 30%, tratou de usar subterfúgios no termo do contrato que fez com a Rodovia das Cataratas, porque lá está estipulado com subterfúgios. E a partir de 1º de dezembro, a melhor praça de pedágio que é a próxima de Foz do Iguaçu, a P3 1, terá 35% de aumento. Estelionato eleitoral? Certamente que sim! Tira 30%. Aumenta o faturamento da Rodovia das Cataratas porque só essa praça que terá 35% de aumento. Vai aumentar o faturamento, no mínimo em mais de 7% podendo chegar a 12% ou a 15% o aumento global na Rodovia das Cataratas.

Só que isso ele não deixa claro, Deputado Plauto. Age com subterfúgios, não deixa claro o aumento no contrato de 35% porque no contrato que fez, esse malfadado contrato, faz remissão a um direito já adquirido pela concessionária de ter 35% nessa praça de pedágio na P3 1.

Concedo aparte ao nobre Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado Durval Amaral.

Ouçõ o seu pronunciamento, algumas informações eu já tinha e agora acabou trazendo à tona exatamente aquilo que foi feito com relação ao pedágio das Rodovias das Cataratas, concessionárias que lá explora.

Lembro-me, quero voltar ao passado: Ano de 2002. Campanha Eleitoral. Ouvia e via nos vidros dos carros, em placas nas estradas, em caminhões: “Pedágio é um roubo”. “Pedágio é superfaturamento”. Que tudo aquilo que o Governo anterior tinha feito com relação ao anel de integração, tinha sido uma grande maracutaia.

Agora, pergunto: se o preço é superfaturado, se foi um roubo tudo aquilo que foi feito, por que é que ele retira todos os investimentos que a concessionária tinha que fazer nas rodovias que estão dentro da sua concessão? Se é roubo, vamos agir para fazer com que a concessionária pare de roubar! Agora, do jeito que está sendo feito, cedendo tudo, entregando tudo, todas as obrigações que a concessionária tinha, ela deixa de ter? A partir e agora ela tapa-buraco, pinta estrada?

Não precisa mais fazer terceira faixa, não precisa mais duplicar Cascavel e Medianeira. Sessenta e oito quilômetros de duplicação e, segundo informações que o senhor traz, lá no final do ano a praça de pedágio que tem o maior movimento terá um reajuste de 35%.

Quem será que está roubando? Será que é quem está fazendo a negociata agora ou quem implantou o programa do pedágio no Estado do Paraná, que tão criticado foi por esses que hoje estão fazendo essa maracutaia?

O SR. DURVAL AMARAL

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PFL)

Senhores Deputados, para que não venha aqui dizer que estamos fazendo mais uma denúncia vazia, uma denúncia da Oposição sem pé e nem cabeça e se a imprensa e os nobres Deputados da Base do Governo desejarem, tenho aqui em mãos o ofício do Ministério Público

Federal, que instaurou o Processo Administrativo nº 100.000.000.921/2004, instaurado a partir da representação formulada pela Associação de Defesa do Seguro, que alega a irregularidade.

Tenho aqui as informações, mesmo que extra-oficiais, dessa maracutaia que, para sanar irregularidades gravíssimas, eles assinam e passam um recibo da irregularidade na cláusula 1ª, no item “F”, para poder responder que não encontra resposta junto ao Ministério Público Federal e falam assim: “alteram a performance para o valor equivalente a 5% da receita projetada para o ano seguinte”. E isso quer dizer o seguinte: o seguro, que deveria ser de 153 milhões de reais, com essa maracutaia aqui eles estão reduzindo para três milhões e quinhentos mil reais, para ficarem dentro do contrato, o que me parece uma coisa totalmente inaceitável.

Como eles não têm coragem de assumir que a duplicação de Cascavel e Medianeira “foi para o espaço”, então eles agem, de novo, com subterfúgios e falam assim: “excluindo-se os investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação de capacidade”. E traduzindo isso para um português que todos nós cidadãos podemos entender, desobriga a construção da duplicação de Cascavel e Medianeira. Isso me parece de extrema gravidade.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Durval, essa história do pedágio, na verdade, faltou responsabilidade ao então candidato a Governador, Roberto Requião. Ele sabia, é inteligente o suficiente e é advogado, e sabia o que podia e o que não podia fazer.

Então, está um jogo de faz de conta! Agora estão se aproximando as eleições e ele faz de conta que baixou e a Concessionária não investe mais nas rodovias e aí vende-se, através de uma mídia pesada, - diga-se de passagem que era o grande mal do Governo Jaime Lerner, tão criticado, e hoje usado também da mesma forma ou até mais abusivamente - e faz com que a população acredite que está resolvido o problema do pedágio. Quer dizer, nós vamos brincar agora de tapar-buracos agora, porque você cobra o pedágio e o cara vai lá e tapa os buracos.

Então, é um jogo de faz de conta e o pior de toda essa história é que quando vejo as pessoas responsáveis por essa questão do pedágio, sinto que eles acreditam no que estão falando. Então, o pior de toda essa história, dessa maracutaia, desse engodo, dessa enganação é que eles falam com convicção, achando que nós acreditamos e não sabemos da verdade.

O uso do cachimbo faz com que a boca fique torta! A pessoa que falta com a verdade, muitas vezes, acredita na própria mentira! Mas, não tenho dúvidas que nessa história do pedágio teremos que nos aprofundar, porque me somo a V. Exa.: é maracutaia pura, essa palavra é a ideal. Ora, não precisa mais fazer investimentos nas rodovias do Paraná. Diga-se de passagem, esqueceram de

tudo. Estão se preocupando com o marketing do pedágio para enganar a população. Esqueceram que tem mais de três mil quilômetros de estradas estaduais em péssimas condições. Em péssimas condições! Até poderíamos fazer um convite ao nosso colega, ex-Deputado Waldyr Pugliesi, para que ele viesse a esta Casa e dissesse quantos quilômetros foram recuperados em um ano e meio, porque, pelo jeito, ainda não descobriram que o Governo já começou e já faz um ano e seis meses.

Somo-me a V. Exa. E nós não vamos deixar isso passar, aqui, em branco, essa história do pedágio. O Governador pode, sim, fazer o seu pronunciamento, usar a TV Educativa. Ora, por que eles não chamam alguém da Oposição para debater essa questão do pedágio na TV Educativa? A TV Educativa não é do Governador do Paraná, a TV Educativa é do povo do Paraná! O povo do Paraná tem que conhecer o outro lado dessa história e de outras questões que lá são faladas, que faltam com a verdade, faltam com a seriedade, com o povo paranaense.

Eu quero pedir ao Presidente da Assembléia que intervenha junto ao Governo do Estado, com a sua autoridade. Não é possível nós termos uma televisão pública que é nossa, e nós, da Oposição não temos o nosso espaço para mostrar ao povo paranaense que ele está sendo enganado.

Era isso, Deputado Durval. Somo-me ao seu pronunciamento e agradeço pelo aparte.

O Sr. Nelson Justus

V. Exa. me concede um aparte. Deputado Durval? Eu sei que eu não vou poder me estender em demasia, até porque o tema é extremamente apaixonante.

Com muita modéstia eu posso dizer que conheço um pouco de toda essa história. O grande mal em tudo isso está exatamente na palavra pedágio, porque, de uma hora para outra, institui-se no Paraná que o pedágio é o mal do século, o pedágio faz mal para todo mundo e é coisa do diabo, quando é exatamente ao contrário. No mundo inteiro existe o pedágio! O pedágio é uma grande solução, é a arma extraordinária, principalmente para Países e Estados que não podem investir em estradas, o que é o nosso caso. As nossas estradas estão, - apesar de alguns noticiários em contrário - em péssimo estado. E isso não é privilégio deste ou daquele governo; há, sim, a falta de investimento. O Governo tem dificuldades para poder investir nas estradas, porque todas elas, têm um tempo de vida. E o tempo foi passando. E, subitamente, nós nos deparamos com as estradas que precisam serem refeitas e não com tapa-buracos.

E, para que isso aconteça, surgiu a hipóteses ou a idéia...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Casa não respeita mais os horários e o horário de cada Partido, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Deputado Durval Amaral está no Horário da Liderança do PFL...

O SR. JOCELITO CANTO

Sim, mas já se passaram uns dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não, não. Dez minutos, não!

O SR. JOCELITO CANTO

... porque se nós fazemos leis aqui, temos que cumprir as leis no plenário, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito, não faz dez minutos, mas apenas para respeitar o aparte do Deputado Nelson Justus...

O Sr. Nelson Justus

Claro. Eu agradeço, até porque acho o tema extremamente oportuno e lamento que não esteja interessando ao Deputado Canto. Mas, é um tema extremamente interessante, oportuno e que nós devemos discutir aqui nesta Casa, todos, independente dos cinco, seis minutos a mais de um horário, senão vamos ficar aqui assistindo outro tipo de discussão.

Eu acho que esse, sim, é um tema que deve ser discutido. E eu o cumprimento Deputado Durval Amaral, comungo da sua opinião, acho efetivamente que o grande erro está em querer macular em excesso o sentido da palavra pedágio. O pedágio virou, como eu disse, o mal do século, quando não é para ser encarado e não deveria nunca ter sido encarado como alguma coisa que não fizesse o bem para a cidade e para o Estado. Até porque, se não houver a participação da iniciativa privada, nós não vamos recuperar nunca as nossas estradas!

Muito obrigado e obrigado pela paciência, Presidente e Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero agradecer a atenção de todos vocês. Efetivamente teria algumas outras razões para aqui colocar. Acredito que a finalidade é eleitoreira, mas o que se busca é o resultado eleitoral, porque todos nós sabemos o quanto isto pode ter sido interessante ao Mister Xis.

Existe o Mister M no Fantástico, e no Estado do Paraná existe o Mister Xis, que estava totalmente envolvido nestas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Meu caro líder Stica, estamos voltando ao trabalho, segundo semestre, avizinha-se a eleição, nós teremos certamente aqui um semestre rico em debates.

Eu gostaria de começar aqui o meu pronunciamento e já que mereço a atenção de V. Exa., eu tenho visto o ridículo do ridículo na TV Educativa.

Ora, se o objetivo da TV Educativa está no nome educativa, é para servir o povo paranaense, Deputado Stica, faça um apelo ao Governador, ele que teceu palavras elogiosas ao Legislativo, diga ao Governador Requião de que aqui no Legislativo existe Situação e existe Oposição e que nós estamos sedentos para mostrar à população paranaense a nossa verdade, o outro lado da história que é contado todos os dias por entrevista de Secretários, porque senão, esta democracia, tão falada ontem na data comemorativa, só fica no discurso.

A TV Educativa certamente prestaria um grande serviço ao povo paranaense se colocasse de frente o Secretário de Transportes à frente do Deputado Durval Amaral e à frente do Deputado Nelson Justus, e que cada um colocasse o seu posicionamento e o seu entendimento sobre a questão.

Também eu gostaria de saber quem está faltando com a verdade na questão da geração de emprego.

Barbosa, meu caro Barbosa, futuro prefeito de Londrina, quero que V. Exa. pela amizade que temos, me convide para a inauguração da indústria número 60 mil que será agora aberta em Londrina. Eu quero estar presente porque é um feito inédito para um governante que há apenas um ano e seis meses governa este Estado; eu curvo-me como oposicionista e tenho que aqui dizer de que jamais seria contra este governo ou seria contra a candidatura deste Governador, se eu soubesse deste milagre. Este homem é fantástico, este homem é surpreendente, este homem tem que ser Presidente da República, porque a um homem que está inaugurando 60 mil empresas no Paraná, eu tenho que me curvar.

Por isso peço ao Deputado Barbosa Neto que se possível convide este sulino do Paraná, sou do Sul, quero ir a Londrina comemorar este feito porque é inédito! Não encontro palavras aqui para fazer críticas ao Governador mediante este feito inédito, inédito! Nem o Presidente da República pode comemorar esse feito, mas o nosso Governador consegue tal proeza e quero, depois do pronunciamento de ontem, deixar aqui os meus cumprimentos, dos meus eleitores a quem eu represento, porque eu tenho que me curvar a tudo isso.

Além disso também, hoje vim aqui para fazer elogios, Deputado Miltinho, pelo que temos assistido e lido nos jornais de circulação nacional. Para que o Brasil consiga gerar empregos para o número de pessoas que entram no mercado todo ano, tem que crescer 4% no mínimo. O Governo Federal canta em verso e prosa que gerou um milhão de empregos, de uma hora para outra começou a gerar empregos e nós, paranaenses, dito pelo ilustre Governador ontem aqui, já gerou mais de 400 mil empregos. Quer dizer, se no Brasil inteiro foram gerados um milhão de empregos e no Paraná 400, foram gerados 40%% dos empregos! Novamente aqui está um oposicionista se curvando a este Governador, a este Governo,

porque é outro feito inédito! Aí demonstra a incompetência dos outros governadores do Brasil porque não sobrou emprego para o Brasil! Aqui no Paraná não tem mais este problema de desemprego!

Certamente com todo este número de empregos gerados por este Governador, ao qual estou tecendo elogios, nós não vamos mais ter problemas de Segurança, porque ontem, por acaso, eu bati no botãozinho da televisão e teve Deputado aqui que também encontrou, na “Escolinha do Professor Raimundo”, depois de um ano e sete meses, agora sim, Deputado Bradock, agora o curitibano não terá mais problema de segurança. Agora a lei é a seguinte: Polícia Civil, Polícia Militar na rua! Agora o Secretário anunciou: “Determinação do Governador: lugar de Polícia Militar é na rua, lugar de Polícia Civil é na rua!” Ora, eu tenho que elogiar o Governador porque isso é inédito, nenhum paranaense sabia que a Polícia Militar e a Polícia Civil têm que estar na rua cuidando da população!

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Rossoni, para contribuir, um aparte.
(Assentimento)

Eu inclusive vou utilizar o Horário do PFL.

V. Exa. sabe qual é a população de São Paulo, capital? Neste final de semana nós tivemos 53 mortes em São Paulo, por arma de fogo. Aqui em Curitiba, só Curitiba, tivemos 15 mortes, assassinatos, corpos que passaram pelo Instituto Médico Legal. Não estão levando estes números para o Governador!

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu estou aqui, Deputado Luiz Carlos Martins, fazendo uso do Horário da Liderança e fazendo elogios a números que foram colocados pelo Governador. Não estou fazendo críticas, até porque talvez seja este o caminho para nós fazermos o Governador olhar a realidade, porque no mapinha que eles mostraram ontem na “Escola do Professor Raimundo” não tem estrada esburacada no Paraná!

Ora, quem anda no Paraná sabe que tem! Estive na região de Nova Londrina esses dias, lá é melhor andar de carroça. Aí, o problema do pedágio. Aí, segurança. Ora, na minha família, moramos em Curitiba em 5 pessoas, e tivemos 6 assaltos nos últimos 2 anos. Minha filha foi assaltada duas vezes. Agora, disse o nosso candidato a Prefeito de Curitiba Beto Richa, que certamente será o Prefeito de Curitiba: que ele exija do Governador Roberto Requião o mesmo tratamento que o Governador José Richa deu ao Prefeito Roberto Requião, porque no tempo em que José Richa era Governador, Curitiba tinha segurança.

Então, é obrigado do nosso futuro Prefeito Beto Richa exigir do Governador que lhe dê o mesmo tratamento que o Governador José Richa deu ao Prefeito Requião.

São essas minhas palavras e espero que o ilustre Líder, com a sua competência, convença o Governador a abrir a TV Educativa para termos lá o debate. Aí sim, vamos mostrar a verdade ao povo paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, no Grande Expediente, o Sr. Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. São dois os motivos que me trazem a esta tribuna hoje. O primeiro, refere-se a esta faixa que foi colocada no plenário hoje, que diz: “Os agricultores da Costa Oeste querem paz.” O Deputado Plauto já se referiu com relação às invasões de fazendas que aconteceram nos últimos dias no Estado do Paraná, mas essa faixa não se refere às questões das fazendas. Refere-se sim, à questão da segurança para os nossos agricultores.

Temos presentes aqui, o Presidente da Câmara de Santa Helena, o Vereador Camargo e o Vereador Eldo. O Município de Santa Helena nos últimos 20 dias não sofreu nada mais nada menos do que três assaltos a agricultores. Deputado Bradock há mais de cinco anos, há sete anos não se registravam assaltos a agricultores no Município de Santa Helena. Momento em que o Secretário da Segurança Pública usa todos os meios de comunicação e diz que a segurança está indo bem no Estado do Paraná, que a segurança no interior e na Capital está sendo resolvida, porque os policiais estão nas ruas, como disse muito bem o Deputado Valdir Rossoni. E o que dizem as três famílias de Santa Helena, Deputado Augustinho Zucchi? A família Fonseca, lá de Sanga Natal, no Distrito de São Clemente. O que diz a família do Valmor Fará lá do interior, que teve um automóvel e uma caminhonete, além dos pertences pessoais roubados? O que diz família Favero lá do interior de Vila Celeste, que teve duas caminhonetes furtadas? E sabem como esses marginais agem? Chegam na casa do agricultor no entardecer, redem a família, na medida em que vão chegando. Chega o filho, é rendido. Chega o pai de família, é rendido. Chega a mãe, é rendida. E só são soltos lá por 5, 6 horas da madrugada, quase 12 horas de reféns. Até que os marginais tenham a certeza que o objeto furtado, lá no Oeste do Paraná, já tenha sido transportado para o Paraguai, que lá é o destino geralmente dos objetos furtados. O que é que diz o Secretário da Segurança Pública? Que está indo tudo bem na questão da segurança!

Ora, no governo passado, no Governo Jaime Lerner, ele, Governador na época, instalou no Paraná a Patrulha Rural e ela teve o seu início na cidade de Marechal Cândido Rondon, depois em Santa Helena, Missal, nos Municípios que margeiam o Lago Itaipu, e depois, no Paraná inteiro. A Patrulha Rural trouxe um grande serviço. A Secretaria de Segurança Pública e o ex-Gover-

nador se preocuparam, sim, com a segurança, mas não resolveram definitivamente a questão; amenizaram.

Em Santa Helena tinha aproximadamente 25 policiais militares no Município. Sabem quanto tem hoje? Dez! Menos da metade do que no Governo passado. Aí, vai esse Secretário de Segurança Pública e diz que é herança maldita do governo passado!

Que herança maldita é essa do Governo passado, que dobrou a capacidade da questão prisional no Estado do Paraná, que equipou a nossa polícia com coletes à prova de bala, que deu seguro de vida para o nosso policial que não tinha, que herança maldita ainda diz o Secretário? Herança maldita de um Secretário que vai a Cascavel discutir a questão da segurança, e se identifica com o cantor Roberto Carlos? Esta é a herança maldita que o Governo passado deixou? Um Secretário que brinca com o sentimento e a dor da família assaltada, da família que perde muitas vezes, vida no assalto, ele brinca e diz que ele é o Roberto Carlos, cantor do Rio de Janeiro, quando assina um livro de presença? Depois ele diz que não sabia! Aí daria para dizer: segurança pública mal gerenciada, mal comandada, a violência crescendo e estão os criminosos cada vez mais equipados, organizados e poderosos e o Secretário da Segurança Pública brinca com segurança! Onde é que vamos parar? Vamos dar um basta, sim. Chega de falar bonito e de culpar o governo passado. Assuma a função de Secretário, assuma a função de Governo e dê segurança à nossa gente.

Esse faixa, quem trouxe, foi o Presidente da Câmara de Santa Helena e o Vereador Elder e foi colocada aqui. Esperamos que ela possa encontrar ressonância no Governo do Estado e na Secretaria da Segurança Pública.

Somos solidários, sim. Sabemos que existem problemas e dificuldades serão resolvidos todos, mas não se brinque e não se diga que está resolvida a questão, quando a criminalidade aumenta dia a dia em nosso Estado e não é só aqui na capital, é no interior também, como disse, no Município de Santa Helena e em tantos outros mais da nossa região.

Sr. Presidente, outro assunto quero abordar e já foi abordado com muita propriedade, pelo Deputado Durval Amaral. É a questão do pedágio no Estado do Paraná. Devemos lembrar, sim, Deputado Durval Amaral, porque quem não tem passado não tem história e o passado é recente, menos de dois anos, quando o Governador Roberto Requião ainda era candidato. Ele disse: “Eu acabo com o pedágio no Paraná”. Essa foi a primeira frase. A segunda “O pedágio baixa ou o pedágio acaba”. Depois, “o pedágio não aumenta” e nós já falamos desta tribuna que a quarta frase do Governador: “A Justiça não permitiu”.

Agora, vem o Governador com uma nova proposta para enganar o povo do Paraná, Deputado Plauto, fazer uma negociação com as empresas que operam o pedágio. Primeiro, foi a “Caminhos do Paraná”. Reduziu o pedágio em 30%, mas retirou os investimentos. Pois bem. Nós

que utilizamos, e quem mora para lá de Guarapuava, que utiliza a BR-277 sabe muito bem, que a BR-277 daqui do Trevo do Relógio, até Guarapuava seria duplicada. Ela não mais será duplicada.

As terceiras pistas, esqueçam. Os contornos, não vão acontecer mais. As paralelas e os viadutos, não vão acontecer mais. Disse o Governador que fez uma grande negociação com as empresas.

Vem o Governador e diz que resolveu o problema com o Oeste do Paraná, Deputado Luciano Ducci, o Oeste do Paraná, é uma das regiões mais ricas do Brasil, em termos de agricultura. Tem uma rodovia, o Deputado Dobrandino conhece melhor do que eu, BR-277, que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, conhecida como Rodovia da Morte.

Tem um projeto que estava integrado nessa privatização do pedágio, na sua duplicação. A primeira fase a duplicação de Foz do Iguaçu até Medianeira, até 31 de dezembro de 2002. A segunda etapa, até 2010, 2012, o término da duplicação do trevo de Capitão Leônidas Marques até Medianeira. Vem o Governador, e também assina com a Rodovia das Cataratas a redução de 30% do custo do pedágio. Mas retira todos os investimentos! Um abraço! Não sai mais duplicação na BR.

Quando na Associação Comercial do Oeste do Paraná estiveram reunidos no último dia 19, todos clamavam pela duplicação da BR-277, no fim do impasse entre o governo e as concessionárias. E o Governo colocou um fim no impasse. Sim! Reduziu o custo! Um abraço para a duplicação!

Não teremos mais duplicação da BR-277! Não teremos mais pista dupla, de Cascavel - Guarapuava, no caso do Deputado Artagão! Trevos? Esqueçam! Viadutos? Fora! Trincheiras? Nem se fala! As passarelas? Muito menos! O que o Governador anuncia? Uma grande negociação!

Se todas as empresas participarem agora dessa negociação e reduzirem o custo do pedágio nas rodovias, nós teremos mais de 700 quilômetros no Estado do Paraná, que não serão duplicadas. Teremos mais de 100 quilômetros de terceiras pistas, que não sairão mais. Temos mais de 50 quilômetros de contornos que não serão mais construídos no Estado do Paraná, e diz o Governador que ele está resolvendo a questão do pedágio!

Ora, deputado Durval Amaral, o único Estado que se fala, que se alimenta, exatamente para os seus eleitores e para a sua população a expectativa de acabar com o pedágio, é no Paraná. Enquanto que o Governo Federal procura fazer a parceria dos três (pês), Parceria Público Privada, para a privatização das rodovias, aqui no Paraná, se fala em acabar com o pedágio.

Nós vivemos no estado de direito. O que é estado de direito? Têm que ser cumpridos os contratos que são firmados. O contrato quem assina, não é o Governador, é o governo. O Governo somos todos nós, paranaenses. A partir do momento que alguém se sente prejudicado,

recorre à Justiça. Cabe à Justiça exatamente definir quem está com a razão.

Por esta razão é que o Paraná e o povo do Paraná, dia após dia, cada vez mais, nós estamos perdendo na Justiça indenizações milionárias. Não é só com o pedágio!

Aconteceu com o Porto de Paranaguá, a empresa Bandeirantes que ganhou na Justiça, e nós paranaenses pagamos milhões e milhões em lucros cessantes, serviços não executados. Mas, contratos rompidos unilateralmente. Este é o custo do benefício. Este é o custo do Paraná, que os paranaenses estão pagando. Isso está acontecendo. Aconteceu com a SANEPAR, vai acontecer com a COPEL, está acontecendo com todos os contratos que o Governador está rompendo, porque ele esquece, como grande jurista, como homem que entende de Direito, que nós vivemos, sim, no estado de direito, que não pode ser ameaçado por um homem chamado Roberto Requião, que feliz ou infelizmente governa o Estado do Paraná.

O Governo do Paraná poderia sim, resolver a questão, quando ele fala dos caminhoneiros. Porque ele não fiscaliza o vale-pedágio, que foi implantado no Brasil a partir do ano de 2001? Fiscalize e estará resolvida a questão do pedágio e dos caminhoneiros! Agora, não! Fala para os caminhoneiros que o pedágio está muito caro, mas esquece de falar aos nossos agricultores que graças à ineficiência, à incompetência administrativa do Porto de Paranaguá, o nosso agricultor perde milhões de reais pelo prêmio negativo que os importadores de soja compram do Paraná, que a soja exportada via Porto de Paranaguá.

Ora! O Oeste do Paraná não pode aceitar isto. E eu quero vos dizer, Deputados, e eu já disse aqui na Assembleia Legislativa e vou dizer a mesma coisa, para que nós possamos entender melhor: o que é que o Governador está fazendo no Estado do Paraná? Ele reduz o pedágio e não tem mais investimentos! Vou usar uma frase que já usei uma vez: é a mesma que irmos a uma lanchonete e pedirmos um misto quente: “quanto custa o misto quente: O garçom se vira e diz para o cliente: Um real e oitenta centavos. Ah! É muito caro! Mas posso fazer esse misto quente por um real. Ah, então me faz por um real. Ele traz um misto quente e a partir do momento que dou a primeira mordida, sinto apenas o sabor do pão e margarina. Abro e vejo que lá dentro não existe nem presunto e nem queijo.

Por isso, solicito à minha assessoria que faça chegar às mãos de todas as pessoas aqui presentes, imprensa e Deputados que possam entender o “misto quente” que o Governador Roberto Requião está oferecendo aos paranaenses. Pedágio sem investimento é misto quente sem recheio! Para que vocês possam entender, abram, olhem este misto quente, que é este pedágio que o Governador está oferecendo à sociedade do Paraná. É enganar a nossa sociedade. E nós não podemos aceitar isso.

É uma forma bem didática, para que possamos entender o modelo do pedágio que o Governador está implantando no Estado do Paraná. Vai reduzir o custo, mas não tem investimento nenhum. Então, ele mentiu e está mentindo para a sociedade.

O Sr. Barbosa Neto

Quero cumprimentar o Deputado Elio Rusch pela veemência na colocação das palavras e fazer apenas dois comentários em relação ao que o senhor está levantando com brilhante maestria, da tribuna, na tarde de hoje.

Em relação à Segurança Pública, que o senhor citou que Secretário de Segurança cometeu uma desfaçatez com os prefeitos da região Oeste, nós vamos só citar que o Secretário disse que haveria segurança para todos nós e que ele, o Governador andam com tranquilidade em qualquer cidade do nosso Estado.

Ontem à noite, o Deputado Artagão Júnior foi assaltado dentro do estacionamento de um restaurante do “high society” de Curitiba. Eu gostaria de saber, também, onde é que está o dinheiro investido no geo-processamento, que seria a verdadeira panacéia para acabar com os problemas de segurança no nosso Estado. Este geo-processamento deve estar servindo apenas aos interesses dos ladrões, lamentavelmente.

E vem o Deputado Dobrandino pedir paciência para este Governo! Nós estamos quase na metade do Governo, Deputado! O programa do leite não está chegando às pessoas carentes, e agora, a questão do pedágio vem sendo colocada por V. Exa. e também pelo Deputado Durval Amaral....

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Presidente, eu não pedi paciência. O Deputado está faltando com a verdade!

Eu disse que na minha região não tem problemas, na verdade nós sabemos que hoje estamos num momento político. Mas eu só estou contestando aquilo que é politicagem e não é verdade.

Eu vou usar o Horário do PMDB para esclarecer na verdade também os casos do pedágio, a política aqui dentro.

O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de concluir e que o Deputado possa inclusive requisitar a fita do telejornal matinal na Rede Globo de Televisão, inclusive na região dele onde o leite não está chegando às crianças carentes, e isso foi mostrado hoje no jornal “Bom Dia Paraná”.

Mas, para concluir, quero dizer da gravidade das denúncias apresentadas aqui pelos Deputados Durval Amaral e Elio Rusch. O Governador do Estado do Paraná posa aqui como nacionalista, criticando a política econômica do Presidente Lula, criticando o Ministro da Economia, Antonio Palocci, da Fazenda, fala contra os neoliberais, gostaria que se retomassem aqui as reservas de petróleo para a PETROBRAS, diz que o Paraná vai ser

um Estado livre de transgênicos, mas emprega 26 parentes, provocando um rombo de um bilhão de reais no Porto de Paranaguá, e mostra sem dúvida nenhuma, que ele adota a técnica de Guebeus de que “uma mentira dita várias vezes, acaba se tornando verdade”. Esse é o pior tipo dos políticos, “aquele que dá o tapa e esconde a mão”, lamentavelmente.

Eu me coloco aqui como um admirador de V. Exa. pelas colocações brilhantes, e esperamos aqui que o povo do Paraná tenha noção, tenha consciência de tão importante trabalho feito nessa tribuna, como bem colocou ontem aqui o Governador Roberto Requião, não importa que seja da Situação ou Oposição, o Deputado tem que exercer o seu direito, porque essa é a verdadeira caixa de ressonância da nossa sociedade e esta tribuna de Oposição, é na verdade uma trincheira utilizada em favor do povo do Paraná.

Parabéns, Deputado, o senhor está realmente correto nas suas afirmações.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só queria deixar registrado nessa Sessão, que no dia em que eu usar da palavra vou usar os mesmos argumentos que estão sendo usados hoje e passar do horário. A partir de hoje, não se tem mais horário nesta Casa. Quando costumo falar aqui, sou repreendido porque tem Regimento Interno. Quero, neste momento, que fique registrado na Ata desta Sessão, que o dia em que eu fizer um pronunciamento, e que V. Exa. ou qualquer outro Presidente cortar a minha palavra, vou lembrar deste dia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não procede a sua questão de ordem, Deputado, embora respeite, porque toda vez que um Deputado está na tribuna, sempre é de praxe, faz parte da boa convivência parlamentar, de dar possibilidade do encerramento do pronunciamento, que pode demorar um minuto.

Estamos aqui numa Casa onde se pode ter essa possibilidade.

O SR. ELIO RUSCH

Só lembrando o Deputado Jocelito Canto, que fui interrompido com uma questão de ordem por Parlamentares, e isso tem que ser descontado.

Parabéns, Presidente e agradeço V. Exa. pela benevolência que V. Exa. teve, não só com este Parlamentar, mas com todos os Parlamentares, para que possam concluir o seu raciocínio.

Concluo, Deputado Natálio Stica, o meu pronunciamento dizendo o seguinte: a questão do pedágio é a questão do “misto quente”. Pedágio sem investimento é “misto quente sem recheio”. Agora sim, se faz no Paraná aquilo que o Governador quando era candidato, sempre dizia no Estado do Paraná, o pedágio, modelo implantado, é pintar asfalto e fazer roçado. Agora, sim, quem

implantou a roçada e a pintura no asfalto e cobra pedágio, é o atual Governador do nosso Estado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço a palavra, Pela Ordem, para registrar com satisfação, na condição de Presidente da CPI do BANESTADO, repassar aos senhores membros um e-mail recebido pelo Dr. Sérgio Fernando Moro, Juiz da 2ª Vara Federal, Terminal do Paraná, aonde agradece a comissão, a CPI do BANESTADO, pela colaboração, pela instrução do processo que gerou a condenação de quatorze pessoas envolvidas em fraudes na remessa de dinheiro brasileiro para o exterior. Portanto, a CPI do BANESTADO já logrou êxito quando conseguiu a quebra de sigilo do Banco Central, quando conseguiu a quebra do sigilo bancário e fiscal de 17 ex-Diretores. Portanto, é uma CPI que já traz o resultado do primeiro processo julgado através do Juiz Federal.

Do outro lado, Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que, na condição de Presidente da Comissão do Eixo Metropolitano da Assembléia Legislativa, estamos ingressando no Poder Judiciário do Paraná com mandado de segurança, interposto contra o Secretário Geral Siqueira, que resiste em não entregar os projetos de engenharia, e enfim projetos que envolvam a questão do Eixo Metropolitano. A Comissão Especial foi criada pelo Ato 09, de 2004. Então, estamos dando seqüência a um trabalho de várias reuniões, vários requerimentos encaminhados à Prefeitura, sem êxito. Então, buscamos a Justiça para que um documento público possa ser entregue, por incrível que pareça, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná!

Esclareço ainda aos senhores membros que a Câmara Municipal de Curitiba não obteve êxito quando ingressou contra esta mesma Comissão, que trata do assunto do Eixo Metropolitano, ou seja, superfaturamento e denúncias embasadas pelo ex-Secretário de Obras do Município de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PL.

(Declina)

PSL, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho certeza que os companheiros neste Plenário já devem ter ouvido, ter lido e ter sentido que está faltando motivação para essas eleições, Deputado Nelson Justus, já ouviu, com certeza.

O povo está desmotivado: não está reagindo. E eu tenho pensado muito sobre isso, e é verdade, o povo não está reagindo. Aqui em Curitiba está tendo “showmício” com cento e vinte pessoas, sendo que das cento e vinte, cinqüenta são assessores.

O povo está cansado, Deputado Bradock, por tudo isso que nós ouvimos e estamos ouvindo há muito tempo.

A questão do pedágio não está bem explicada e precisa ser bem explicada. Acho que está faltando comunicação certa, comunicação do Governo. Aí, vem a questão aqui em Curitiba. Veja a questão dos radares. Todos nós concordamos que os radares em Curitiba se transformaram numa indústria de caça-níqueis; também concordamos que é preciso haver controle no trânsito, porque os nossos radares se transformaram, Deputado Artagão, em arapucas. Você tem um semáforo a trinta metros, e antes dos trinta metros, Deputado Durval, tem ali um “pardal”. Nós, que somos de Curitiba, até percebemos, mas aqueles que vêm de fora sofrem muito aqui com essa arapuca que são os radares. Isso tudo vai descontentando o povo.

Vou dar um outro dado aqui. Fala-se em desemprego, e o Deputado Rossoni levantou muito bem. Onde é que estão esses empregos? Pegamos a Agência do Trabalhador aqui em Curitiba. Os desempregados ficam sabendo pelos meios de comunicação que na Agência do Trabalhador existem vagas. Só que o desempregado não tem dinheiro para pegar o ônibus. O que ele faz? Pega o telefone no vizinho e liga para a Agência do Trabalhador, que diz que não pode informar pelo telefone! Com certeza o Governador Roberto Requião não sabe disso. Esse é um assunto que deveria ser levado para a “escolinha”, e lá também explicar o que é feito com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ouvi uma história, e é verdadeira, que veio para o Fundo de Amparo ao Trabalhador dois bilhões de reais para o Paraná. Sabe quanto recebeu Minas Gerais? Vinte milhões! Esse dinheiro é para requalificar o trabalhador!

Não estão levando os números reais para o Governador. Mas tenho certeza que o Deputado Natálio Stica levará os números reais. É só fazer uma pesquisa para ver o que realmente está acontecendo. Só neste final de semana, tivemos aqui quinze assassinatos, setenta carros roubados, sendo que 35 foram à mão armada. Onde é que está a segurança? Também vem a questão da saúde, da educação, quando se coloca cinqüenta alunos numa sala de aula que é para trinta alunos.

O povo desmotivado. Como motivar esse povo para ir votar? Quantos outros aspectos negativos estão aí!

Só para encerrar, vamos votar o orçamento do ano que vem. Estou pensando em não participar da votação, porque no ano passado fomos orientados para apresentar 500 mil reais de emendas para a área da saúde. Não saiu um tostão até agora. Pelo menos no meu caso, não! Como explicar para o povo isso? É ficção? É mentira? Essa é a nossa grande prerrogativa. Ou vamos pensar nas nossas prerrogativas quando deixarmos esta Casa, como outros companheiros o fizeram? Isso tudo é muito triste! Isso está chegando no ouvido do povo. Imaginem como será a campanha no rádio e na televisão!

Não podemos omitir. Não podemos deixar de contar essas coisas!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PPS.

(Declina)

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

A “globo.com” veicula um telegrama de um desastre ambiental na Baía de Paranaguá. Um vazamento de óleo, onde o comandante do navio diz que são duzentos litros. O Governo já fala em duzentas toneladas de óleo.

É de lamentar que o nosso Estado frequente novamente o noticiário com um desastre ambiental. Mais uma vez, em tão pouco tempo depois do desastre da ferrovia que atingiu a nossa Ponte São João e paralisou a ferrovia Curitiba-Paranaguá, econômica, histórica e turisticamente importante. Agora, o Porto Dom Pedro II e a Baía de Paranaguá são protagonistas de um novo desastre ambiental, se for verdade esse telegrama que frequenta os noticiários, os telefones celulares pela “Agência Globo.com”.

Temos que pedir as bênçãos de Deus sobre Paranaguá, que parece que um grande azar está a pairar sobre a nossa adorada primeira cidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto a Liderança do PPS se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulto a Liderança do PSB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Peguei pela metade a questão do Deputado Barbosa que, inclusive se ausentou do Plenário por motivo de viagem, mas acredito que o Deputado Dobrandino quando pediu Pela Ordem estava falando tão somente na questão do leite, que não quero me aprofundar. Agora, problemas existem na nossa região e, casualmente, eu iria subir nesta tribuna, mesmo antes da citação do Deputado Durval Amaral desse acordo com a concessionária Rodovia das Cataratas, em virtude do que vem ocorrendo principalmente na Cidade de Cascavel, onde a concessionária cometendo abusos como se tivesse comprado e não devesse explicações nem ao povo, nem ao Poder Público e muito menos à comunidade de Cascavel, começou a trancar acessos e temos diversos bairros que se limitam à esquerda da BR-277 e a população tem que fazer de cinco a dez quilômetros para entrar no seu bairro e voltar novamente, porque ela chegou lá e arbitrariamente, foram trancados os acessos.

Isso aconteceu no início do recesso e, em virtude de Cascavel estar momentaneamente sem representante nesta Casa e estar sendo suprida essa sua deficiência nesta Assembléia pelos Deputados Stica, Dobrandino,

Chico Noroeste, Duflío, Elton Welter, Elio Rusch e da minha pessoa, já que somos da região. Fui procurado por algumas lideranças empresariais que pediram para que levássemos ao conhecimento do Governo do Estado e, principalmente do DER, essas arbitrariedades que a Concessionária Rodovia das Cataratas estava cometendo na Cidade de Cascavel. Assim me comprometi e assim estou fazendo.

Agora, o absurdo maior é se realmente e acredito até pelo respeito que dedico à postura de Oposição, mas oposição com dados do Deputado Durval Amaral, que esteja ocorrendo isso na nossa região. Existe uma lógica no seu pronunciamento, uma vez, Deputado Durval Amaral, que o senhor coloca que houve a redução do seguro e o seguro é proporcional aos investimentos e principalmente às obras que a rodovia tem que fazer de acordo com o contrato de concessão. Se houve essa redução drástica do valor do seguro, com certeza houve a desoneração por parte do poder concedente, no caso o DER, para que ela efetuasse essas obras e se isso estiver ocorrendo, não gostaria de aqui já levantar esta bandeira, confio nas vossas palavras, mas estarei me inteirando melhor desses termos porque acredito que é uma questão muito séria para levantar sem ter o devido conhecimento.

Vou me inteirar com V. Exa., porque assim como recebi um misto-quente dizendo que pedágio sem investimento é como misto-quente sem recheio, realmente tem uma certa verdade nisso, mas o misto já chegou frio! Então, temos que buscar a verdade, o mais objetiva que ela possa ser.

Na questão desses contratos, se realmente ocorreu essa diminuição do seguro, é porque houve também uma desoneração por parte do Poder Público.

Concedo aparte primeiramente ao Deputado Durval e depois ao Deputado Chico Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas citando a V. Exa., que tem apenas um minuto. Depois os Parlamentares reclamam do tempo, mas infelizmente o nosso Regimento diz isso.

O senhor tem três apartes num minuto.

O SR. RENI PEREIRA

Então, vou pedir licença aos Deputados que me pediram, tendo em vista que eu teria de pedir a ampliação do tempo para V. Exa. e também ao Deputado Jocelito Canto, que quando as questões são de Ponta Grossa, parece que o mundo tem que parar para resolver. E quando é uma questão do Paraná, que é essa questão da Rodovia das Cataratas, que envolve não só a região Oeste, a região dos Deputados de lá, mas envolve também a questão de um contrato público celebrado principalmente com o Governo do Estado, e que se isso estiver ocorrendo abre um precedente para todo o Estado do Paraná. É uma questão que realmente implica na nossa função de Parlamentar, que é de fiscalizar as ações do

Governo. Até mesmo porque o Governo, como o Deputado Durval Amaral muito bem falou, deve estar sendo induzido ao erro porque duvido que com a seriedade do Governo Requião e o compromisso que ele assumiu em relação aos pedágios, ele se daria por levar por um acordo branco que faria com que essa lesão ao povo do Oeste e principalmente aos usuários da rodovia que foram ludibriados com um aumento recentemente, e quinze dias depois com uma diminuição, isso não é novo. Isso já vem desde os tempos que Maquiavel orientava um príncipe lá, de como enganar o povo.

Então, se estão pensando que estão “inventando a roda”, isso está errado! Nós vamos usar o mesmo manual de mais de mil anos atrás, de Maquiavel para esclarecer a população, se isso estiver ocorrendo, enrolando o povo do Paraná e o povo do Oeste que está esperando a duplicação. A duplicação não é só em virtude do que está se pagando. É em virtude do que ela vai representar para o desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente pela complacência.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PTB, PP, PT, PDT.

Com a palavra, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Serei breve.

Eu tinha pedido um aparte ao ilustre Deputado Reni, mas como não foi possível, quero somar-me ao seu pronunciamento e dizer que nós precisamos ver esses contratos, porque não é possível desonerar o seguro e desonerar a empresa de fazer as obras, depois de oito anos a população pagando pelas obras.

Isso é um assunto bastante grave porque no contrato assinado entre o Governo e as empresas, tem um cronograma de recebimentos e de execução de obras.

O que não podemos assistir é a população chorando esses oito anos por pagar os pedágios e agora não teremos a obra necessária e desonerando o seguro. É um assunto bastante grave; espero que a Assembléia Legislativa do Paraná tenha todas essas informações. Espero que possamos reunir os melhores quadros técnicos da Assembléia para verificar esse entendimento que aparentemente tem uma marca de negociata.

Sinceramente, estou impressionado de ouvir tanto o Deputado Reni quanto o Deputado Durval sobre esse aspecto colocado aqui. Esperamos que a Liderança do Governo, o Deputado Stica, prontamente traga a cópia desses contratos, para que possamos analisar, e aí sim, tornar pública a nossa posição política, mas, mais técnica que política.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PT, PMDB.

Deputado Dobrandino Silva.

O SR. DOBRANDINO SILVA

Sr. Presidente, uso do Horário da Liderança do PMDB, mas na realidade queria me referir principalmente ao pronunciamento do Deputado Elio Rusch. Porém, como ele não está aqui, na ausência dele eu iria deixar para a próxima Sessão, porque ele falou no estado de direito do Governo Requião e quero falar exatamente no estado do direito dos oito anos do Governo que ele defendeu, sobre alguns aspectos que é preciso memorizar. E sobre o sanduíche que ele falou dos pedágios, na verdade concordo também, mas o misto-quente que ele falou foi superfaturado e é preciso realmente verificarmos isso.

Então, no caso do contrato dos pedágios, acho que a Assembléia tem a obrigação, mesmo, de rever isso e se houve, realmente, benevolência do Governo com relação a esse seguro ou com a não duplicação. Eu também quero a duplicação, mas é bom lembrarmos que nesse contrato está previsto para se fazer grande parte daqui a vinte anos. E será que daqui a vinte anos essa empresa não foi embora daqui?

Então, é preciso rever isso com muita seriedade e esta Casa tem, realmente, a responsabilidade e creio que o fará. Sou de pleno acordo que reveja isso, mas quero usar o tempo do nosso Partido, na próxima Sessão, para falar do estado de direito dos oito anos do Governo que trouxe o pedágio, deixou as estradas totalmente acabadas, o Governo pagando mais de cinquenta milhões por mês de “herança maldita” da venda do BANESTADO, que foi no estado de direito do Governo passado.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Durval Amaral, por quem tenho um respeito muito grande!

O SR. DURVAL AMARAL

Quero agradecer -lhe, porque o respeito e a admiração são recíprocos e saiba que sou “fã de carteirinha” de V. Exa. e de seu filho.

O senhor foi muito feliz na sua colocação, quando disse que daqui a vinte anos essa empresa não estará aqui. Quero crer que ela estará, daqui a dez, daqui a quinze, daqui a vinte anos, mas não tenho a mesma certeza se a direção ou os mesmos sócios estarão daqui a três meses, quatro meses, seis meses ou um ano. Quero estar equivocado, mas até onde me consta extra-oficialmente, existe a ação do “Mister Xis”, que deverá suceder efetivamente os atuais diretores do grupo argentino.

Então, vou ficar muito vigilante, como Deputado da Oposição, e quero aqui conclamar a todos os Deputados, independentemente de serem de Situação ou de Oposição, que se a Rodovia das Cataratas mudar a sua diretoria, os seus sócios minoritários ou majoritários nos próximos dois anos e meio, algo muito estranho se configurará, em função desse acordo feito agora entre o DER e a Rodovia das Cataratas. Parece-me que tudo foi armado para beneficiar um grupo específico no Estado do Paraná.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Obrigado, nobre Deputado!

V. Exa. tem, realmente, competência para isso e a sua preocupação com o povo do Paraná é muito grande e temos certeza disso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero registrar os meus agradecimentos ao Deputado Valdir Rossoni pelas palavras elogiosas ao nosso Governador Roberto Requião.

Segundo, quero dizer que as críticas feitas a este Governo e em especial ao pedágio, esta já dita “herança maldita” do ex-Governador Jaime Lerner, ali sim, houve uma verdadeira maracutaia às vésperas de uma eleição, fazendo com que o pedágio baixasse 50% até passar o período eleitoral. O que está acontecendo com esses acordos e em especial esse da Rodovia das Cataratas é uma das alternativas que tem o Governador para cumprir a sua palavra de que o pedágio acaba ou baixa. E, para acabar, depende de um processo amplamente discutido aqui e uma decisão judicial que não acontece do dia para a noite.

Portanto, tem que ser e está sendo trabalhado, e o pedágio pode vir a baixar em alguns casos, como já aconteceu com essa empresa que faz aqui o caminho da Lapa, a chamada Caminhos do Paraná, onde já houve um acordo reduzindo em cerca de 25%, 28%, 30%. E está o pedágio da Lapa a R\$ 3,20, minha cidade natal, agradando aos moradores daquela cidade que, aliás, diga-se de passagem, 80%, em uma pesquisa, pediram que lá se implantasse o pedágio. E estamos prestes a ver o pedido acontecer de lá para São Mateus do Sul.

Esse acordo feito com a Rodovia das Cataratas, sem sombra de dúvida, baixa o pedágio e não tira nenhuma obra, porque as obras, Deputada Cida Borghetti, que estão programadas, como duplicação, todas são para alguns anos na frente e não neste momento. Portanto, há apenas um contrato firmado, porque há interesse dos empresários daquela empresa em continuar, até porque o Governador Roberto Requião vai ter outras rodovias pedagiadas no Paraná, que é a terceira alternativa que temos.

Há uma proposta do Governador em que algumas rodovias do Estado vão ter o pedágio acompanhado pelo DNER, mas um pedágio onde possa ser feito o valor real, o valor discutido, quilômetro por quilômetro, manutenção a manutenção, serviço a serviço, para que o povo em geral, que é o consumidor em última instância. Portanto, estamos com algumas das alternativas e esta é uma delas.

Foi falado aqui das estradas estaduais que estão em péssimo estado. Já disse dessa tribuna e volto a repetir: está se trabalhando e está sendo assinado nesses dias,

porque não pode ser sem licitação, dois mil quilômetros de recuperação das rodovias com o asfalto vindo da PETROBRAS a um preço menor, inclusive obras que ela vai realizar no nosso Estado. Como não pode - mesmo sendo mais barato - passar direto, tem que ser via licitação, mas já tem aí, portanto, dois mil quilômetros que vão começar a partir de agora, desse segundo semestre. Vão recuperar as estradas no Estado do Paraná.

Quero dizer também que quando foi falado aqui da - até elogiada - atitude do Governador, de pôr na rua a Polícia Militar e a Polícia Civil, o Governador...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Dois minutos para que V. Exa. possa concluir.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço.

A Governo não está inventando a roda, não, só que não teve como colocar a polícia na rua, porque também pegou uma herança maldita do sucateamento da Polícia Militar, do sucateamento da Polícia Civil; policiais civis preparados e treinados apenas cuidando de porta de cadeia, que não é lugar de ter presos, e lá superlotado de presos, porque não se cuidou do sistema penitenciário do nosso Estado. Já está melhorando essa questão, já está contratando, já teve uma nova contratação de policiais civis, fazendo com que alguns já possam, de fato, exercer o seu papel na rua.

Portanto, não está inventando a roda; está colocando em prática o que deveria ter colocado no primeiro dia de trabalho, mas pela herança maldita recebida, não pôde fazer isso.

O que tínhamos aqui eram os chamados “totens” que ficava com uma luz acesa e quando a viatura da polícia estava parada, a luz era apagada. Segundo o Deputado Rafael Greca, nem a luz ficava acesa.

Quero, antes de passar a palavra, se permitir o tempo, meu amigo Elio Rusch, V. Exa. num momento de infelicidade fez uma brincadeira que não me deixou satisfeito com o pão, alimento sagrado - que não deveria ser usada num país onde a miséria e a fome ainda é muito grande. Espero que V. Exa. peça para quem não for fazer uso deste pão, mesmo sem o recheio, que recolha para entregar para uma instituição de caridade ou para uma associação onde ainda a pobreza na nossa cidade é muito grande.

Mas eu lhe digo, pode ser usado de outra maneira este sanduíche sem recheio, da mesma forma que V. Exa. diz que o misto quente sem recheio é um pedágio sem obras ou coisa parecida, eu posso dizer que a triste brincadeira pode ser usada diferente - um misto quente sem recheio no pedágio pode ser um pedágio sem as maracutaias do primeiro contrato feito pelo ex-Governador. Quem sabe este recheio que faz falta no sanduíche são os maus contratos que estamos tirando nos dias de hoje.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e se for permitido concederei aparte.

Consulta V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Seu tempo já encerrou.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Eu ia questionar o Deputado Stica, mas não foi oportuno, e lembrar a ele que a promessa de baixar o pedágio já foi do segundo turno. No primeiro, era acabar!

Segundo, eu acho que ele mudou de lugar, porque eu estive na Lapa esses dias, inclusive foi fruto de uma reportagem da Rede Paranaense de Televisão que os usuários da rodovia estão descontentes e se aquele é o modelo de pedágio de conservação, só se for conservação dos buracos porque não consertaram nada.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Só para deixar bem claro que o descontentamento não é em relação à estrada de Araucária/Lapa pedagiada, e sim da Lapa/São Mateus do Sul, que o Prefeito Furiatti está em Brasília amanhã numa reunião com o DNIT para tentar resolver o problema em definitivo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, no Horário da Liderança da Oposição.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Apenas para pedir mais uma vez ao Líder do Governo a cópia dos contratos, que ele se comprometa a trazer a esta Casa para que possamos analisar. Isto, ele não respondeu no seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, só com relação aos nossos requerimentos, que eu tenho certeza que o Líder do Governo, Natálio Stica, não vai obstacularizar, em hipótese nenhuma, a aprovação.

O que nós queremos saber, um dos nossos requerimentos - qual o total do faturamento e o volume de tráfego na concessionária Rodovia das Cataratas, nas praças de pedágio P1, P3-1, P3-2, P3-3, P3-4, P3-5.

Qual o nosso objetivo? Queremos, efetivamente, provar com números de que o governo baixa 30% o pedágio, em cima do último aumento que houve, que a concessionária conseguiu na Justiça, mas concede a partir de 1º de dezembro um reajuste de 35% para a praça de pedágio que tem o maior trânsito na região, de tal sorte que o faturamento final da empresa Rodovia das Cataratas acaba sendo muito superior ao que ela tem hoje e como ela desobriga os novos investimentos, o resultado final da Rodovia das Cataratas realmente passa a ser muito superior ao que a Rodovia das Cataratas tem hoje, evidenciando-se aí um grande favorecimento.

O segundo pedido de informação que nós estamos colocando, também com relação à Rodovia das Cataratas é:

(Lê):

“REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, prestação de informações pelo Secretário de Estado dos Transportes, relativas ao contrato de pedágio da concessionária rodovia das Cataratas, conforme segue:

1. Qual o montante das receitas e das despesas, discriminadas, semestral ou quadrimestralmente, no exercícios de 2002, 2003 e 2004?

2. Quais os termos do contrato preliminar para alteração do contrato de concessão original? Juntar cópia.

3. Quais os termos da apólice do seguro-garantia apresentado pela concessionária a esse DER? Junta cópia.

4. Quais foram as providências tomadas por essa autarquia, em face da constatação do descumprimento, pela concessionária, da cláusula contratual XXVII, do contrato de concessão 73/97 (valor estabelecido R\$ 153.376.719,78, valor contratado R\$ 10.000.000,00)

5. Porque razão o Estado do Paraná não denunciou o contrato em face da inadimplência constatada?

6. Houve notificação formal à empresa quanto ao descumprimento contratual verificado? Juntar cópia.

7. Foi aberto prazo à concessionária, eventual suprimimento da falha ou transgressão verificada?

8. Foi instaurado o processo administrativo competente para a declaração de caducidade? Juntar cópia.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRO GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH”.

Também ainda com relação à Caminhos do Paraná que nós estamos esperando já faz 240 dias e estamos esperando o termo aditivo final, o contrato final e até hoje não foi encaminhado à Liderança da Oposição, e a última informação que temos é que até hoje não foi celebrado, estamos pedindo, ainda: qual o montante das despesas discriminadas por semestre ou quadrimestre, nos exercícios de 2002, 2003 e 2004. Isso, com relação à Caminhos do Paraná, e qual a data em que entrou em operação a praça do pedágio da Lapa.

Queremos objetivamente isso, todos nós comemoramos a primeira obra do Governo Requião com aquele bolo que ficou marcado historicamente, aqui na Assembleia, mas queremos que o Governo informe isso, formalmente, à Liderança da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para não deixar aqui nenhuma dúvida, inclusive o Deputado Rafael Greca fez muito bem a colocação, em primeira mão, do vazamento lá em Paranaguá, eu estou inclusive na linha com o Presidente do Sindicato dos Petroleiros e ele me dá a notícia - não que isso justifique - que foi apenas o vazamento do óleo combustível de uma barcaça para o navio. Óleo que é usado nas máquinas do navio, não é óleo indo e vindo de algum lugar para a PETROBRAS e um erro interno no navio, deixaram vaziar pelo suspiro menos de 200 litros, já controlado, mas erro de quem estava comandando o navio.

Nada a ver com a PETROBRAS, que fique bem claro, e nada com o nosso terminal.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Aproveitando que o Deputado Durval Amaral fez um pedido de informação, eu gostaria, Sr. Presidente - não tem nada a ver com o seu pedido de informação - que nós, além de termos esta resposta, que pudéssemos ter resposta também de outro pedido de informações que eu fiz em novembro do ano passado, aprovado por esta Casa; foi ratificado este pedido em março deste ano e até agora não obtivemos resposta aqui com relação ao relatório da Kroll.

Eu acho que esta Casa, ou recebe uma resposta do Governo dizendo que não vai responder, que não vai enviar e aí tomam-se as medidas necessárias ou então, nós fazemos papel de bobo! Esperar por 180 dias uma resposta a um pedido de informação, isso acontecia muito no Governo Jaime Lerner, é lamentável, e nós sempre lamentamos isso também na Câmara de Vereadores.

Espero que não continue acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço aos assessores da Mesa que procurem o andamento dessa solicitação do Deputado Tadeu Veneri, porque uma vez aprovado o requerimento nesta Assembléia ele passa a ser responsabilidade da Casa, e não do Parlamentar.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Ouvimos dois questionamentos um pelo Deputado Durval Amaral e o outro pelo Deputado Tadeu Veneri. Ora, Pedido de Informação tem prazo regimental para ser respondido.

Se o Governador não responde dentro do prazo regimental, ele incorre num crime de responsabilidade previsto no Decreto 201. Acho que a Mesa tem que aplicar o Regimento e a legislação vigente. Não é possível que o Governo do Estado não cumpra a sua função em atender um Pedido de Informação da Assembléia Legislativa. Ainda mais que o próprio Governador no dia seguinte da sua posse, desta tribuna, disse: em homenagem à Oposição vou baixar um decreto e fornecer todas as informações, independente de deliberação do Plenário, no prazo de cinco dias.

Agora o Deputado Tadeu Veneri levanta uma questão que já fez 10 meses que foi aprovado um Pedido de Informações e o Governador não respondeu ainda. Refez o pedido. O Deputado Durval Amaral fez um Pedido de Informação, que também não foi respondido. Acho que aí caberia à Mesa da Assembléia Legislativa tomar as providências cabíveis, porque não é concebível que o Poder Legislativo venha a ser desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, a Constituição Estadual estabelece trinta dias. O Decreto do Governador não altera a Constituição. Então os trinta dias tem que ser respeitados pela Assembléia e deve ser cobrado aquilo que não foi respondido nesse prazo, porque ele é estabelecido constitucionalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Ofício nº 084/2004/GDLD, subscrito pelo Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente, solicitando seu afastamento da Comissão de Saúde Pública e da Comissão de Constituição e Justiça, onde participa como membro titular pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da presente data. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1277, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições de veto, itens 01 e 02 da Ordem do Dia de hoje. **Prejudicado.**

O SR. NATÁLIO STICA

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai ser procedida a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Nenhum rejeita.

Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1244, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1253, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1266 a 1275, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 003, 046 e 047/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112, 138 e 178/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 201/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ADILSON JOSE CAMARA DA SILVA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

II - exonerar, a pedido, ANA CRISTINA ESMERALDINO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

III - exonerar, a pedido, HELENA MARONEZI CASAGRANDE, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

IV - exonerar, a pedido, HILÁRIO PRECHLAK, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

V - exonerar, a pedido, IVANIR RUFATTO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

VI - exonerar, a pedido, JAMIL CLAUDINO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

VII - exonerar, a pedido, JONIVAL DIAS DE PAULA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

VIII - exonerar, a pedido, NEUCIR AUGUSTO BATTISTON, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 203/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4910, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, EVERTON VARGAS PINTO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 204/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4879, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, NORBERTO GOEDERT, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de julho de 2004;

II - prover ALINE GISELE GOEDERT, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4894, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, OSMAR TRAIANO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de julho de 2004;

II - prover GABRIELA TRAIANO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 206/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4897, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, MESSIAS DA SILVA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de julho de 2004;

II - prover AUGUSTO CESAR CONCIANI, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Hermes Fonseca, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 207/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4862, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, PAULO SERGIO BARBOSA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Elton Carlos Welter, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 208/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4807, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, DANIEL SUTIL DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 209/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4855, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, GILSO TADEU BORGES DE FREITAS, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Ailton Araújo, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 210/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4848, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, MARILIS ROCHA DA SILVA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Ratinho Júnior, a partir de 1º de julho de 2004;

II - prover LINEU EDSON TOMASS, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Ratinho Júnior, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 211/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4797, de 30 e junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ALCINO MENDES BATISTA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nºs 4646 e 4648 de 30 de junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, WLAMIR WAGNER WADA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de julho de 2004;

II - prover SUELY APARECIDA BOARETTO PEREIRA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4647 de 30 de junho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, PAULO PEREIRA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 217/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4930 de 01 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, JOSÉ IZAIAS GOMES, do cargo em Comissão do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4931 de 01 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, HERMES CARAZZAI FONSECA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Hemes Fonseca, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nºs 4918 e 4919 de 01 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - prover ZENITA MARIA ILKIV, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

II - exonerar, a pedido, JORGE LUÍS FAVARO do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

III - prover FERNANDA CRISTINA COUTINHO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

IV - exonerar, a pedido, ANTONIO GILBERTO VOLOCHEN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

V - prover PAULA CAROLINA EMPINOTTI, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

VI - exonerar, a pedido, NORMIR JULIO MACHAJEWISK, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

VII - exonerar, a pedido, JOSÉ VICENTE GABSK, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004;

VIII - exonerar, a pedido, SIDNEI CIESLAK, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4947 de 01 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ANTONIO ROBERTO FILHO, do cargo em Comissão do Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de julho de 2004;

II - prover VALDELICE DE BRITO ROBERTO, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4988 de 02 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, WILSON FERREIRA, do cargo em Comissão do Gabinete da Presidência, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob o nº 4973 de 02 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, ANTONIO JOSÉ MATTOS DO AMARAL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob o nº 4966 de 02 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, LOESTER VARGAS ILARIO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de julho de 2004.

II - prover EIDILARIA SOARES GOMES, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado André Vargas, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob o nº 4971 de 05 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, GILSO TADEU BORGES DE FREITAS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ailton Araújo, a partir de 01 de julho de 2004.

II - prover CARMEN LUCIA ROMERO BORGES DE FREITAS, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Ailton Araújo, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5020 de 05 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, RODRIGO LEONARDO PRIESNITZ, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Elton Carlos Welter, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5021, de 05 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, PAULO SERGIO BARBOSA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Elton Carlos Welter, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5069, de 05 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, MAURY SERGIO PEREIRA, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5084, de 06 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - prover SAUDI MENSOR, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de julho de 2004.

II - exonerar, a pedido, LUÍS PIRIN, do cargo em Comissão do Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob o nº 5097, de 06 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - prover ELISA LUCINI DALL AGNOL, para exercer cargo em Comissão junto ao Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de julho de 2004.

II - exonerar, a pedido, SIRLEI DE FATIMA GALINNA, do cargo em Comissão do Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N 236/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5022, de 07 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, WALTAIR CAETANO APOLINARIO, do cargo em Comissão do Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01 de julho de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.07.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Portaria:**PORTARIA Nº 39/2004**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5166/2004, datado de 12 de julho de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARJORIE BALDI, matrícula nº 5798, de cem (100) dias, a partir de 30 de junho de 2004, término 08 de outubro de 2004. CID. 10C.92.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.08.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral